ATA DA 12ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ DA 2ª TURMA REVISORA - ANO 2026

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), no ambiente do SAJMP, teve início a 12ª Sessão Virtual do Conselho Superior do Ministério Público da 2ª TURMA REVISORA do ano de 2026, na forma prevista nos arts. 16, 17-A e 17-B de seu Regimento Interno, sob a Presidência do Procurador de Justiça Conselheiro **DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM**, e das Procuradoras de Justiça Conselheiras: **DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES e DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL.**

Os membros do Colegiado tiveram o prazo de 08 (oito) dias corridos, a partir de 22/09/2026, para apresentarem suas manifestações virtuais (artigo 17-B, §2º, do Regimento Interno do CSMP).

Não havendo manifestação do Conselheiro no prazo mencionado, § 5º Encerrado o prazo previsto no § 2.º deste artigo, considerar-se-á finalizada a votação,computando-se exclusivamente os votos expressamente registrados.

JULGAMENTOS:

1 - Processo nº 06.2022.00000958-4.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Baturité
Assunto: Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993
Voto do Conselheiro Relator:
DESPACHO MONOCRÁTICO TERMINATIVO - SÚMULA Nº 006/2018 CSMP EMENTA: COMUNICAÇÃO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BATURITÉ/CE. PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO SELETIVO DO EDITAL 27/2019, PARA PROVIMENTO DE EMPREGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO, DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, DIRETOR-GERAL DA POLICLÍNICA E DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS CEO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. APÓS RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA PELO REPRESENTANTE MINISTERIAL AS IRREGULARIDADES NÃO FORAM SANADAS. O MEMBRO MINISTERIAL AJUIZOU AÇÃO CIVIL PÚBLICA (SOB O Nº 3001112-3.2026.8.06.0048, QUE TRAMITA NA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ, CONFORME PEÇA PROCESSUAL E COMPROVANTE DO PROTOCOLO DA PETIÇÃO ANEXADOS ÀS FLS. 2157/2176. POR TAIS RAZÕES, CONFORME SÚMULA Nº 06/2018, TRATANDO-SE DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO OU PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, APÓS A DEVIDA INSTRUÇÃO ADMINISTRATIVA DO FEITO E SENDO PROPOSTA AÇÃO, A QUAL ABRANJA TODOS OS FATOS INVESTIGADOS NOS PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS CITADOS, O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO DEVERÁ SUBMETER AO CSMP O CITADO PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL, COM O DEVIDO ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADO, JUNTANDO CÓPIA DA EXORDIAL AJUIZADA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ESGOTAMENTO DA ATUAÇÃO DO PARQUET. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

2 - Processo nº 06.2022.00001813-9.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Itatira
Assunto: Prestação / Tomada de Contas junto aos Tribunais de Contas
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. TOMADA DE CONTAS DE GESTÃO. FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITATIRA. OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS. CONTAS JULGADAS IRREGULARES PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO E APLICAÇÃO DE MULTA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DA LEI Nº 8.429/1992. REDAÇÃO ANTERIOR DO ART. 23, INCISO I, DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EXONERAÇÃO DO INVESTIGADO EM 31 DE MAIO DE 2016. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL CONSUMADA EM 31 DE MAIO DE 2021. IRRETROATIVIDADE DO NOVO REGIME PRESCRICIONAL. TEMA Nº 1.199 DA REPERCUSSÃO GERAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES À DEMONSTRAÇÃO DO DOLO. DÉBITO E MULTA INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA. DILIGÊNCIAS MINISTERIAIS REALIZADAS. TITULARIDADE MUNICIPAL DA PRETENSÃO EXECUTIVA. TEMAS Nº 897 E Nº 899 DA REPERCUSSÃO GERAL. ESGOTAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS ÚTEIS NO ÂMBITO DO INQUÉRITO CIVIL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 21/2019 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

3 - Processo nº 06.2023.00000721-3.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Barreira
Assunto: Violação dos Princípios Administrativos
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONVÊNIO CELEBRADO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO. EXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO. REDUÇÃO FORMAL DE METAS. PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA PELO ÓRGÃO CONCEDENTE SEM CONSTITUIÇÃO DE DÉBITO. AUDITORIA TÉCNICA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS OBJETIVOS SUFICIENTES À DEMONSTRAÇÃO DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS OU DE DANO AO ERÁRIO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, DESVIO DE RECURSOS, FRAUDE OU ATUAÇÃO DOLOSA DOS AGENTES INVESTIGADOS. ARTS. 1º, §§ 1º A 3º, E 10 DA LEI Nº 8.429/1992. TEMA Nº 1.199 DO STF. SÚMULA Nº 21/2019 DO CSMP. CIENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS ÀS FLS. 418/419. REGULARIDADE PROCEDIMENTAL. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

4 - Processo nº 06.2023.00001057-3.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: 135ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Saneamento
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: COMUNICAÇÃO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DA 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO (136ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FORTALEZA) PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS LANÇAMENTOS DE ÁGUAS SERVIDAS NAS RUAS PARAÍSO VERDE, A, B, C, G, I E J, NO BAIRRO SIQUEIRA II, NESTA CAPITAL. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. INSTAURADO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2024.00035214-7 PARA ACOMPANHAMENTO A POLÍTICA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXPANSÃO DA REDE COLETORA E À FISCALIZAÇÃO DE EMISSÕES CLANDESTINAS. ARQUIVAMENTO DO FEITO. NOTIFICAÇÃO DAS PARTES ÀS FLS. 260/261. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO. EXAURIMENTO DA ATIVIDADE MINISTERIAL. CUMPRIMENTO DO DEVER FUNCIONAL. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

5 - Processo nº 06.2023.00002037-1.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: 10ª Promotoria de Justiça de Maracanaú
Assunto: Água e/ou Esgoto
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: COMUNICAÇÃO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DA 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARACANAÚ. PROCEDIMENTO INSTAURADO A PARTIR DE DEMANDAS JUNTO AO ÓRGÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, DECON MARACANAÚ, NOTÍCIAS ACERCA DA COBRANÇA DE RATEIO INSERIDO NAS FATURAS DE CONSUMO DE ÁGUA EMITIDAS PELA CAGECE A MORADORES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL BONAPARTE, SUPOSTAMENTE DESTINADO À COMPENSAÇÃO DE EVENTUAIS LIGAÇÕES CLANDESTINAS E AO CONSUMO DAS ÁREAS COMUNS DO CONDOMÍNIO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. APÓS ANÁLISE DOS AUTOS PELO PARQUET CONCLUIU QUE AS IRREGULARIDADES FORAM CESSADAS, TENDO SIDO ADOTADAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E INSTITUCIONAIS SUFICIENTES PARA A REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, NÃO SUBSISTINDO ELEMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A CONTINUIDADE DA ATUAÇÃO MINISTERIAL, NÃO HAVENDO MAIS COBRANÇAS INDEVIDAS DE RATEIOS POR PARTE DA CAGECE. REMETIDO OS AUTOS PARA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA COM ATRIBUIÇÃO PRÉ-PROCESSUAL CRIMINAL, PARA CIÊNCIA E ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS QUE ENTENDER CABÍVEIS QUANTO A POSSÍVEL PRÁTICA DE CRIME ATE A COBRANÇA COMPULSÓRIA DE TAXAS AOS MORADORES. SEM EVIDÊNCIAS MÍNIMAS PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. RESOLUÇÃO DA DEMANDA. ARQUIVAMENTO DO FEITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 22 DA RESOLUÇÃO Nº 036/2016 DO OECPJ. NOTIFICAÇÃO DAS PARTES ÀS FLS. 122/127. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO. EXAURIMENTO DA ATIVIDADE MINISTERIAL. CUMPRIMENTO DO DEVER FUNCIONAL. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

6 - Processo nº 06.2024.00000800-5.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Itapipoca
Assunto: Outros Atos Contra o Meio Ambiente
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: COMUNICAÇÃO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DA 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPIPOCA. PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTOS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SITUADO NAS PROXIMIDADES DA RUA MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA, NO BAIRRO JÚLIO II, ITAPIPOCA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. APÓS REALIZADA ANÁLISE PELO PARQUET REALIZOU DUAS AUDIÊNCIAS QUE IDENTIFICOU IRREGULARIDADES. O MEMBRO MINISTERIAL CELEBROU TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) COM MUNICIPIO DE ITAPIPOCA E O IMMI (FL. 478). OS COMPROMISSÁRIOS CUMPRIRAM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS (FLS. 489/517). RESOLUÇÃO DO OBJETO DO PROCEDIMENTO. ARQUIVAMENTO DO FEITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 22 DA RESOLUÇÃO Nº 036/2016 DO OECPJ. NOTIFICAÇÃO DAS PARTES ÀS FLS. 536/545. EXAURIMENTO DA ATIVIDADE MINISTERIAL. CUMPRIMENTO DO DEVER FUNCIONAL. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

7 - Processo nº 06.2024.00001359-6.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Beberibe
Assunto: Dano ao Erário
Voto do Conselheiro Relator:
DESPACHO MONOCRÁTICO - SÚMULA Nº 21/2019 CSMP EMENTA: COMUNICAÇÃO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BEBERIBE. PROCEDIMENTO INSTAURADO COM O FIM DE APURAR POSSÍVEIS

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

IRREGULARIDADES RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA URBANA, COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE, FORMALIZADA POR MEIO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03.17.01/2020 E DO CONTRATO Nº 2020120. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. A PARQUET APÓS DETIDA ANÁLISE DOS AUTOS CONCLUIU QUE OS DOCUMENTOS ENVIADO PELA MUNICIPALIDADE NÃO EVIDENCIAM, QUE OS AGENTES PÚBLICOS E PARTICULARES ENVOLVIDOS TENHAM ATUADO COM FINALIDADE DELIBERADA DE LESAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU OBTER PROVEITO INDEVIDO PARA SI OU PARA TERCEIROS. ELEMENTOS APURADOS NO BOJO DA INVESTIGAÇÃO NÃO CARACTERIZAM A EXISTÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO NA CONDUTA DOS INVESTIGADOS. NÃO VERIFICADOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE CONSTATAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA OU DE QUALQUER OUTRA MEDIDA JUDICIAL EM FACE DOS INVESTIGADOS. ARQUIVAMENTO DO FEITO. NOTIFICAÇÃO DAS PARTES ÀS FLS.639/640. SÚMULA 21/2019 CSMP. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ANÁLISE DOS ASPECTOS CÍVEIS E ADMINISTRATIVOS DO SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

VOTOS:

DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

8 - Processo nº 06.2024.00001802-5.

Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM

Classe: Inquérito Civil

Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Icapuí

Assunto: Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Voto do Conselheiro Relator:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. SUPOSTAS FALHAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL, NA REGULARIDADE DA FROTA E NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA CONTÍNUA. INCONFORMIDADES PONTUAIS COMUNICADAS À EMPRESA CONTRATADA E POSTERIORMENTE CORRIGIDAS. COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PAGAMENTOS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS DE SUPERFATURAMENTO, PAGAMENTO SEM CONTRAPRESTAÇÃO, DESVIO DE RECURSOS OU PREJUÍZO EFETIVO AO ERÁRIO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE CONDUTA DOLOSA DOS AGENTES INVESTIGADOS. ARTS. 1º, §§ 1º A 3º, E 10 DA LEI Nº 8.429/1992. SÚMULA Nº 21/2019 DO CSMP. CIENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS ÀS FLS. 1201/1202. REGULARIDADE PROCEDIMENTAL. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.

VOTOS:

DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

9 - Processo nº 01.2024.00031902-6.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Notícia de Fato
Origem: 164ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Crimes contra a Ordem Tributária
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: NOTÍCIA DE FATO COM REPERCUSSÃO CRIMINAL. REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS. SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 2º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/1990. NÃO RECOLHIMENTO DE ICMS. COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS COMPREENDIDAS ENTRE JANEIRO DE 2017 E DEZEMBRO DE 2018. PENA MÁXIMA DE DOIS ANOS DE DETENÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL DE QUATRO ANOS. ARTS. 107, INCISO IV, E 109, INCISO V, DO CÓDIGO PENAL. AFERIÇÃO INDIVIDUAL DA PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO A CADA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. TRANSCURSO DO PRAZO QUADRIENAL INCLUSIVE QUANTO À COMPETÊNCIA MAIS RECENTE. AUSÊNCIA DE NOTÍCIA DE CAUSA SUSPENSIVA OU INTERRUPTIVA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO COM ANÁLISE DO MÉRITO DA DEMANDA. NECESSIDADE DE REVISÃO PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. SÚMULA Nº 026/2022 DO CSMP. HOMOLOGAÇÃO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

10 - Processo nº 06.2025.00000800-9.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: 136ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Área de Preservação Permanente
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO. INQUÉRITO CIVIL. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 47/2024. ALTERAÇÃO DO ZONEAMENTO NA ÁREA DO COLOSSO. RECLASSIFICAÇÃO DE ZOM 2 PARA ZOP 2. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E URBANÍSTICOS. RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL Nº 0008/2025/136ªPMJFOR PARA SUSPENSÃO DA TRAMITAÇÃO. PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA SEM MOVIMENTAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 450/2025. NOVO PLANO DIRETOR DE FORTALEZA. REALIZAÇÃO PARCIAL DO OBJETO DO PROJETO, CONFORME RELATÓRIO DO NATEC. MATÉRIA SUPERVENIENTE ACOMPANHADA EM OUTRO INQUÉRITO CIVIL. DESNECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARALELOS. RAZOABILIDADE, EFICIÊNCIA E RACIONALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL. SÚMULA Nº 08/2019 DO CSMP. POSSIBILIDADE DE NOVA ATUAÇÃO DIANTE DA RETOMADA DO PROJETO OU DE FATOS NOVOS. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

11 - Processo nº 06.2025.00001017-0.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: 134ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Segurança em Edificações
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: Comunicação de arquivamento de Inquérito Civil no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Fortaleza. Apuração de suposto risco de desabamento do Edifício Luis Linhares I. Realização de vistorias por órgãos técnicos, coleta de informações junto ao condomínio e à construtora envolvida, audiências e obtenção de laudos especializados. Relatório técnico do NATEC atestando inexistência de risco iminente de colapso estrutural. Constatação de que as anomalias identificadas demandavam intervenções de manutenção e correção. Regularização progressiva das inconformidades constatadas, com execução de obras na fachada e eliminação do risco de desplacamento cerâmico. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta para acompanhamento das pendências relacionadas ao Corpo de Bombeiros. Instauração de procedimento administrativo para fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas. Exaurimento do objeto investigado. Ausência de elementos que justifiquem a continuidade do inquérito civil. Promoção fundamentada. Voto pela homologação do arquivamento.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

12 - Processo nº 06.2025.00001117-0.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Beberibe
Assunto: Violação dos Princípios Administrativos
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL. PREGÃO Nº 010/2017-SESA-PP. CONTRATO Nº 2017141201SESA. ENCAMINHAMENTO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ. SUSPEITAS DE DIVERGÊNCIAS NAS UNIDADES DE MEDIDA, ALTERAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FISCAL, SOBREPREÇO E DANO AO ERÁRIO. DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA PELO MUNICÍPIO. OITIVAS DOS AGENTES ENVOLVIDOS. RELATÓRIO TÉCNICO Nº 547/2026-CONT DO NATEC. COMPARAÇÃO COM CONTRATAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE OUTROS MUNICÍPIOS CEARENSES. PREÇOS PAGOS INFERIORES AOS VALORES MÉDIOS DE MERCADO. INEXISTÊNCIA DE SOBREPREÇO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE SUPERFATURAMENTO, PAGAMENTO SEM CONTRAPRESTAÇÃO, VANTAGEM INDEVIDA OU DANO EFETIVO AO ERÁRIO. NÃO COMPROVAÇÃO DE CONDUTA DOLOSA TIPIFICADA NOS ARTS. 9º, 10 OU 11 DA LEI Nº 8.429/1992. TEMA Nº 1.199 DO STF. ART. 22 DA RESOLUÇÃO Nº 036/2016-OECPJ. SÚMULA Nº 21/2019 DO CSMP. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

13 - Processo nº 01.2025.00024496-5.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Notícia de Fato
Origem: 184ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Outras fraudes
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. NOTÍCIA DE FATO CRIMINAL. SUPOSTA FRAUDE NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTO DIGITAL. CURSO DIVULGADO EM TRANSMISSÃO AO VIVO E COMERCIALIZADO POR PLATAFORMA ELETRÔNICA. INSATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR QUANTO ÀS CONDIÇÕES DA OFERTA, À DISPONIBILIZAÇÃO DO CONTEÚDO E À DIVULGAÇÃO DE SORTEIO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PATRIMONIAL CONCRETO. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DE FRAUDE PENALMENTE RELEVANTE, VANTAGEM ILÍCITA E DOLO ANTECEDENTE. CONTROVÉRSIA DE NATUREZA CONTRATUAL OU CONSUMERISTA. CARÁTER SUBSIDIÁRIO E FRAGMENTÁRIO DO DIREITO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA INSTAURAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. ARQUIVAMENTO COM EXAME DO MÉRITO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 026/2022 DO CSMP. HOMOLOGAÇÃO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

14 - Processo nº 06.2025.00001859-5.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça de Caridade
Assunto: Fiscalização
Voto do Conselheiro Relator:
DESPACHO MONOCRÁTICO TERMINATIVO - SÚMULA Nº 08/2019 CSMP EMENTA: PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO NO ÂMBITO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARIDADE. PROCEDIMENTO INSTAURADO EM REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA REALIZADA PERANTE À OUVIDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA APURAR O RELATO DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE CEARÁ, ESTARIA COM O SALÁRIO DOS SERVIDORES ATRASADOS, CARROS QUE LEVAM PACIENTES PARA HEMODIÁLISE SEM RODAR E TRANSPORTE ESCOLAR. APÓS AS DILIGÊNCIAS E PESQUISAS MINISTERIAIS VERIFICOU-SE A EXISTÊNCIA DO INQUÉRITO CIVIL N.º 09.2026.00007032-9 O QUAL POSSUI OBJETO IDÊNTICO AO DO PRESENTE PROCEDIMENTO E TRAMITA NA MESMA PROMOTORIA. ARQUIVAMENTO EM RAZÃO DA DUPLICIDADE. CIENTIFICAÇÃO DAS PARTES ÀS FLS. 241/246. DESPACHO TERMINATIVO. SÚMULA Nº 08/2019 CSMP. DUPLICIDADE DE PROCEDIMENTOS. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

15 - Processo nº 06.2026.00000310-7.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Quixeramobim
Assunto: Poluição
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: DIREITO AMBIENTAL. INQUÉRITO CIVIL. POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA. DEPÓSITO E DESCARGA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. EMISSÃO DE POEIRA. CESSAÇÃO SUPERVENIENTE DA ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA. PERDA DO OBJETO. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS ÚTEIS. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

16 - Processo nº 01.2026.00013805-9.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Notícia de Fato
Origem: 68ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Crimes contra a Ordem Tributária
Voto do Conselheiro Relator:
DESPACHO MONOCRÁTICO - SÚMULA Nº 26/2022 CSMP EMENTA: COMUNICAÇÃO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO NO ÂMBITO DA 68ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FORTALEZA. PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR FALTA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO E POSTERIORMENTE, PARA QUE PUDESSE APURAR A MATERIALIDADE, A AUTORIA E AS CIRCUNSTÂNCIAS DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, QUE TERIAM SIDO PRATICADOS POR ADMINISTRADOR DE EMPRESA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. VERIFICOU-SE QUE O PRAZO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PARA TAL DELITO É DE QUATRO ANOS, OCORREU A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, EM VIRTUDE DA PRESCRIÇÃO POR FORÇA DO DISPOSTO NO ART. 107, IV C/C O ART. 109, V AMBOS DO CÓDIGO PENAL. ARQUIVAMENTO DO FEITO. NOTIFICAÇÃO DAS PARTES À FL 87. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 26/2022 DO CSMP. CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO COM RETORNO À ORIGEM PARA FINS DE ARQUIVAMENTO DIANTE DA DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA RESPECTIVA NOTÍCIA DE FATO. CIÊNCIA DO DESPACHO MONOCRÁTICO AOS DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

17 - Processo nº 09.2026.00019366-3.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Procedimento Administrativo
Origem: 164ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Crimes contra a Ordem Tributária
Voto do Conselheiro Relator:
CIÊNCIA - DESPACHO MONOCRÁTICO EMENTA: CIÊNCIA DE ARQUIVAMENTO.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO COMPREENDIDO COMO PEÇA DE INFORMAÇÃO DE NATUREZA CRIMINAL. POSSÍVEL PRÁTICA DE CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ SEFAZ. SUPOSTA AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTO PELA EMPRESA PC DUNAS RAÇÕES LTDA. REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL À DELEGACIA DE COMBATE AOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO FORMALMENTE INSTAURADO, CONFORME PORTARIA ACOSTADA ÀS FLS. 80/81. ESGOTAMENTO DA FINALIDADE DA PEÇA INFORMATIVA NO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA APURAÇÃO NA ESFERA POLICIAL, COM POSTERIOR REMESSA AO PODER JUDICIÁRIO E DISTRIBUIÇÃO AO ÓRGÃO MINISTERIAL COM ATRIBUIÇÃO. ARQUIVAMENTO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA QUE NÃO IMPLICA O ENCERRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. CIENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS ÀS FLS. 86/87. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º, INCISO V, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 181/2017, C/C O ART. 12 DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017. CIÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO DO MEMBRO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM.

VOTOS:

DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

18 - Processo nº 01.2026.00020621-0.

Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM

Classe: Notícia de Fato

Origem: 164ª Promotoria de Justiça de Fortaleza

Assunto: Crimes contra a Ordem Tributária

Voto do Conselheiro Relator:

DESPACHO MONOCRÁTICO - SÚMULA Nº 26/2022 CSMP EMENTA: COMUNICAÇÃO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO NO ÂMBITO DA 164ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FORTALEZA (27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL). PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR FALTA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO E POSTERIORMENTE, PARA QUE PUDESSE APURAR A MATERIALIDADE, A AUTORIA E AS CIRCUNSTÂNCIAS DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, QUE TERIAM SIDO PRATICADOS POR ADMINISTRADOR DE EMPRESA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. VERIFICOU-SE QUE O PRAZO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA PARA TAL DELITO É DE QUATRO ANOS, OCORREU A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, EM VIRTUDE DA PRESCRIÇÃO POR FORÇA DO DISPOSTO NO ART. 107, IV C/C O ART. 109, V AMBOS DO CÓDIGO PENAL. ARQUIVAMENTO DO FEITO. NOTIFICAÇÃO DAS PARTES À FL. 28. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 26/2022 DO CSMP. CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO COM RETORNO À ORIGEM PARA FINS DE ARQUIVAMENTO DIANTE DA DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA RESPECTIVA NOTÍCIA DE FATO. CIÊNCIA DO DESPACHO MONOCRÁTICO AOS DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

VOTOS:

DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

19 - Processo nº 01.2026.00022025-5.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Notícia de Fato
Origem: 107ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Saúde do Preso
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: Comunicação de arquivamento de Notícia de Fato no âmbito da 107ª Promotoria de Justiça de Fortaleza - Corregedoria de Presídios e Penas Alternativas. Apuração relacionada ao óbito de interno ocorrido em unidade prisional. Análise de documentação proveniente de procedimento judicial instaurado para esclarecimento das circunstâncias do falecimento. Requisição de documentos à unidade prisional, à Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização e à Perícia Forense do Estado do Ceará. Laudo cadavérico conclusivo quanto à ocorrência de infarto agudo do miocárdio e ausência de lesões traumáticas ou sinais de violência. Cumprimento integral das providências determinadas pelo Juízo Corregedor. Exaurimento da finalidade do procedimento. Ausência de diligências remanescentes no âmbito da Corregedoria de Presídios. Arquivamento fundamentado e regular. Voto pela homologação do arquivamento.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

20 - Processo nº 06.2026.00001483-7.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Procedimento Preparatório
Origem: Promotoria de Justiça de Cariré
Assunto: Crimes de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019)
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO NO ÂMBITO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARIRÉ/CE. PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS POR AGENTES DA GUARDA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ/CE DURANTE ABORDAGEM REALIZADA EM 05/03/2026, NO ASSENTAMENTO ESTACA ZERO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, BEM COMO EVENTUAL IRREGULARIDADE NA ATUAÇÃO DA AUTORIDADE POLICIAL RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. INSTAURADO INQUÉRITO POLICIAL Nº 553-714/2026 PARA APURAR OS FATOS DENUNCIADOS (43/84). DETERMINADO O ARQUIVAMENTO DO FEITO. NOTIFICAÇÃO DAS PARTES ÀS FLS. 88/92. ESGOTAMENTO DO OBJETO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. EXAURIMENTO DA ATIVIDADE MINISTERIAL. CUMPRIMENTO DO DEVER FUNCIONAL. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

21 - Processo nº 06.2018.00002105-4.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Antonina do Norte
Assunto: Violação dos Princípios Administrativos
Voto do Conselheiro Relator:
DESPACHO MONOCRÁTICO - SÚMULA Nº 21/2019 CSMP EMENTA: PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA VINCULADA DE ANTONINA DO NORTE. INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS, NO EXERCÍCIO DE 2017, PELO MUNICÍPIO DE ANTONINA DO NORTE COM AS EMPRESAS RCS ADM CONTÁBIL EIRELI-ME, RH E ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA-ME E FLF BEZERRA-ME, NOTADAMENTE QUANTO À AUSÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, AOS PAGAMENTOS EFETUADOS E À POSSÍVEL FRAGMENTAÇÃO DE DESPESAS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. NATEC EMITIU RELATÓRIO QUE NÃO APONTOU SUPERFATURAMENTO, SOBREPREÇO, DUPLICIDADE DE OBJETO, INEXECUÇÃO CONTRATUAL OU PREJUÍZO PATRIMONIAL EFETIVO (FLS. 406/429). SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ALCANÇADO PELO INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PREVISTO ART. 23 DA LEI N.º 8.429/92. IMPOSSIBILIDADE PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM FACE DO INVESTIGADO. ARQUIVAMENTO DO FEITO. PARTES DEVIDAMENTE CIENTIFICADAS ÀS FLS. 540/541. SÚMULA 21/2019 CSMP. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ANÁLISE DOS ASPECTOS CÍVEIS E ADMINISTRATIVOS DO SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

22 - Processo nº 06.2017.00002756-6.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça de Assaré
Assunto: Revogação
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTO SUPERFATURAMENTO NA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE LIMPEZA URBANA. RELATÓRIOS TÉCNICOS NÃO CONCLUSIVOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO SEGURA DE DANO EFETIVO AO ERÁRIO E DE DOLO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SANCIONATÓRIA QUANTO AO EX-SECRETÁRIO MUNICIPAL. EXONERAÇÃO EM 04/05/2018. APLICAÇÃO DA REDAÇÃO ANTERIOR DO ART. 23, I, DA LEI Nº 8.429/1992. TEMA 1.199 DO STF. AÇÃO JUDICIAL CORRELATA JULGADA IMPROCEDENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 21/2019 DO CSMP. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

23 - Processo nº 06.2022.00002214-3.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Inquérito Civil
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Caucaia
Assunto: Improbidade Administrativa
Voto do Conselheiro Relator:
Comunicação de arquivamento de Inquérito Civil no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Caucaia. Apuração de supostos atos de improbidade administrativa relacionados a contratações firmadas entre o Município de Caucaia e a empresa TOPLOC Locações e Serviços EIRELI ME. Procedimento instaurado a partir de informações oriundas de investigação policial que apurava fraudes licitatórias e crimes contra a Administração Pública em municípios cearenses. Realização de diversas diligências investigatórias, com requisição de documentos contratuais, informações fiscais, consulta a procedimentos policiais e análise de execução contratual. Exame dos contratos, aditivos, empenhos, liquidações, pagamentos e demais documentos apresentados pelo ente municipal. Ausência de elementos concretos indicativos de dano ao erário, enriquecimento ilícito ou violação dolosa aos princípios da Administração Pública. Inexistência de prova de dolo específico exigido pela Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Persistência de investigação criminal autônoma sem reflexo conclusivo na esfera cível. Esgotamento das diligências cabíveis. Promoção de arquivamento devidamente fundamentada. Voto pela homologação do arquivamento.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

24 - Processo nº 01.2026.00014637-0.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Notícia de Fato
Origem: 129ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Atos e procedimentos investigatórios não formalizados
Voto do Conselheiro Relator:
DESPACHO MONOCRÁTICO - SÚMULA Nº 26/2022 CSMP EMENTA: COMUNICAÇÃO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO NO ÂMBITO DA 129ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FORTALEZA 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL, PERICIAL E DA GUARDA MUNICIPAL. PROCEDIMENTO INSTAURADO A PARTIR DE EXPEDIENTE REMETIDO PELO JUÍZO DA 1ª VARA DE DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS DA CAPITAL NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 0200918-89.2025.8.06.0296, EM QUE SE NOTICIOU O REITERADO DESCUMPRIMENTO, POR AUTORIDADE POLICIAL, DE REQUISIÇÕES DE REMESSA DO INQUÉRITO POLICIAL N.º 130-118/2025 DEVIDAMENTE CONCLUÍDO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. APÓS ANÁLISE DOS AUTOS PELO PARQUET ENTENDEU NÃO HÁ INDÍCIOS DE QUE O RETARDO NO ENVIO DO INQUÉRITO TENHA ATENDIDO A CONVENIÊNCIAS PESSOAIS DA AUTORIDADE POLICIAL OU DE TERCEIROS, E SIM DE INTERCORRÊNCIA CARTORÁRIA. ARQUIVAMENTO DO FEITO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 26/2022 DO CSMP. CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO COM RETORNO À ORIGEM PARA FINS DE ARQUIVAMENTO DIANTE DA DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA RESPECTIVA NOTÍCIA DE FATO. CIÊNCIA DO DESPACHO MONOCRÁTICO AOS DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

25 - Processo nº 01.2026.00016458-0.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Notícia de Fato
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Sobral
Assunto: Fiscalização
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. PATRIMÔNIO PÚBLICO. POLÍTICA URBANA. NOTÍCIA DE FATO. RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES RELACIONADAS À DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS ABANDONADOS NO MUNICÍPIO DE SOBRAL. REPRESENTAÇÃO GENÉRICA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INFORMATIVOS MÍNIMOS. ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, III, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017. POSTERIOR INTIMAÇÃO DAS PARTES ACERCA DA SESSÃO DE JULGAMENTO. MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DO RECORRENTE NO SENTIDO DE DESISTIR DO RECURSO INTERPOSTO. DESISTÊNCIA ANTERIOR À SESSÃO. RETIRADA DO FEITO DE PAUTA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. RECURSO PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA QUE IMPEÇA A HOMOLOGAÇÃO. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

26 - Processo nº 01.2026.00025976-2.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Notícia de Fato
Origem: 128ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Crimes ocorridos em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública
Voto do Conselheiro Relator:
DESPACHO MONOCRÁTICO - SÚMULA Nº 26/2022 CSMP EMENTA: COMUNICAÇÃO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO NO ÂMBITO DA 128ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FORTALEZA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA. PROCEDIMENTO INSTAURADO SUPOSTA ATUAÇÃO IRREGULAR DE POLICIAIS CIVIS DURANTE DILIGÊNCIAS REALIZADAS EM SUA RESIDÊNCIA, CONSISTENTES, EM TESE, EM INGRESSO NO IMÓVEL SEM AUTORIZAÇÃO E SEM APRESENTAÇÃO DE MANDADO JUDICIAL, ALÉM DE OUTRAS CONDUTAS QUE REPUTA ABUSIVAS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. APÓS ANÁLISE DOS AUTOS PELO PARQUET ENTENDEU QUE OS AUTOS NÃO APRESENTAM ELEMENTOS MÍNIMOS DE INDÍCIOS DE AUTORIA OU MATERIALIDADE DELITIVA. ARQUIVAMENTO DO FEITO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 26/2022 DO CSMP. CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO COM RETORNO À ORIGEM PARA FINS DE ARQUIVAMENTO DIANTE DA DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO DA RESPECTIVA NOTÍCIA DE FATO. CIÊNCIA DO DESPACHO MONOCRÁTICO AOS DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

27 - Processo nº 06.2026.00001793-4.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Procedimento Preparatório
Origem: Secretaria dos Órgãos Colegiados - Órgão Especial
Assunto: Fiscalização
Voto do Conselheiro Relator:
Comunicação de arquivamento de Procedimento Preparatório no âmbito da Promotoria de Justiça de Monsenhor Tabosa. Apuração de possíveis irregularidades envolvendo unidades escolares municipais, consistentes no recebimento de alunos oriundos de município diverso sem convênio formal e na suposta oferta de benefícios para incentivo a matrículas. Realização de diligências investigatórias com expedição de ofícios e requisição de informações às instituições de ensino mencionadas na notícia inaugural. Respostas acompanhadas de documentação comprobatória e relação nominal de estudantes matriculados. Inexistência de elementos aptos a demonstrar distribuição de cestas básicas, pagamento de valores ou utilização irregular de recursos públicos. Constatação de que as matrículas de estudantes residentes em município limítrofe decorreram de fatores relacionados à proximidade geográfica. Ausência de indícios de lesão a interesses difusos, coletivos ou individuais indisponíveis. Esgotamento das diligências consideradas pertinentes. Inexistência de justa causa para prosseguimento da investigação. Promoção de arquivamento devidamente fundamentada. Respeito ao princípio da independência funcional. Voto pela homologação do arquivamento.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

28 - Processo nº 01.2026.00032274-0.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Notícia de Fato
Origem: 16ª Promotoria de Justiça de Sobral
Assunto: Fiscalização
Voto do Conselheiro Relator:
Comunicação de arquivamento de Notícia de Fato no âmbito da 16ª Promotoria de Justiça de Sobral. Notícia instaurada a partir de manifestação anônima encaminhada pela Ouvidoria Geral do Ministério Público relatando suposta ascensão financeira desproporcional de particular. Ausência de documentos ou outros elementos mínimos de corroboração das alegações. Inexistência de indícios aptos a justificar o início de investigação criminal. Impossibilidade de complementação das informações diante do anonimato do noticiante. Realização da análise de atribuição ministerial e verificação da insuficiência probatória. Aplicação do art. 4º, inciso III, da Resolução nº 174/2017 do CNMP. Ausência de justa causa para persecução investigatória. Promoção de arquivamento devidamente fundamentada. Atendimento às exigências normativas pertinentes. Necessidade de preservação da racionalidade da atuação ministerial. Voto pela homologação do arquivamento.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

29 - Processo nº 09.2026.00031365-1.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Procedimento de Gestão Administrativa
Origem: 17ª Promotoria de Justiça de Caucaia
Assunto: Curso / Treinamento Promovido por outra Instituição
Voto do Conselheiro Relator:
DESPACHO MONOCRÁTICO TERMINATIVO EMENTA: RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NO CURSO VÍTIMAS, GÊNERO E JUSTIÇA DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E O MODELO EUROPEU DE PROTEÇÃO, REALIZADO EM BARCELONA, ESPANHA, NOS DIAS 31 DE AGOSTO A 04 DE SETEMBRO DE 2026. COMPROVAÇÃO DE REGULAR PARTICIPAÇÃO NO EVENTO. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO E CERTIFICADO. PERTINÊNCIA TEMÁTICA COMPROVADA. APROVAÇÃO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. INTELIGÊNCIA DO ART. 79, INC. II, DO REGIMENTO INTERNO DO CSMP.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

30 - Processo nº 09.2026.00031532-7.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Procedimento de Gestão Administrativa
Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Iguatu
Assunto: Capacitação
Voto do Conselheiro Relator:
DESPACHO MONOCRÁTICO TERMINATIVO EMENTA: RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NO CURSO VÍTIMAS, GÊNERO E JUSTIÇA DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E O MODELO EUROPEU DE PROTEÇÃO, REALIZADO EM BARCELONA, ESPANHA, NOS DIAS 31 DE AGOSTO A 04 DE SETEMBRO DE 2026. COMPROVAÇÃO DE REGULAR PARTICIPAÇÃO NO EVENTO. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO E CERTIFICADO. PERTINÊNCIA TEMÁTICA COMPROVADA. APROVAÇÃO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. INTELIGÊNCIA DO ART. 79, INC. II, DO REGIMENTO INTERNO DO CSMP.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

31 - Processo nº 09.2026.00031574-9.
Relator(a): DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM
Classe: Procedimento de Gestão Administrativa
Origem: 120ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Envio de relatórios da Corregedoria-Geral e do CNMP
Voto do Conselheiro Relator:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

DESPACHO MONOCRÁTICO TERMINATIVO EMENTA: RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NO 3º CONGRESSO CONAMP MULHER, REALIZADO EM SALVADOR/BA, NOS DIAS 19 A 21 DE AGOSTO DE 2026. COMPROVAÇÃO DE REGULAR PARTICIPAÇÃO NO EVENTO. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO E CERTIFICADO. PERTINÊNCIA TEMÁTICA COMPROVADA. APROVAÇÃO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. INTELIGÊNCIA DO ART. 79, INC. II DO REGIMENTO INTERNO DO CSMP.
VOTOS:
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

32 - Processo nº 06.2021.00000895-9.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça de Várzea Alegre
Assunto: Improbidade Administrativa
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992, COM REDAÇÃO DA LEI Nº 14.230/2021. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO. SUBMISSÃO EXTEMPORÂNEA AO CONSELHO SUPERIOR. ÚLTIMA PRORROGAÇÃO HOMOLOGADA EM 08.11.2023. NOVO PEDIDO APRESENTADO APENAS EM 31.08.2026. LAPSO TEMPORAL DE QUASE TRÊS ANOS SEM RENOVAÇÃO FORMAL. INOBSERVÂNCIA DAS SÚMULAS CSMP Nº 028/2022 E Nº 033/2024. COMPROMETIMENTO DO CONTROLE INSTITUCIONAL SOBRE A DURAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCEDIMENTO, DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DA PRORROGAÇÃO. INDEFERIMENTO. DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS AO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PARA CONCLUSÃO DO FEITO NO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

33 - Processo nº 06.2021.00001439-4.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça de Pacoti
Assunto: Improbidade Administrativa
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. CONTROLE DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA MUNICIPAL. APLICAÇÃO DE MULTAS E TENTATIVA DE INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19. EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DE ABUSO DE PODER, DESVIO DE FINALIDADE OU ATUAÇÃO PERSECUTÓRIA. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS. DECURSO DE TEMPO. INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÃO ILÍCITA ATUAL OU DE REPERCUSSÃO COLETIVA. APLICAÇÃO DO ART. 22 DA RESOLUÇÃO Nº 036/2016-OECPJ. HOMOLOGAÇÃO

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

DO ARQUIVAMENTO. CASO SOB EXAME. Trata-se de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público para análise de promoção de arquivamento de Inquérito Civil instaurado com o objetivo de apurar suposta atuação abusiva de agentes públicos do Município de Pacoti durante fiscalizações sanitárias realizadas no Restaurante Di Maria. A noticiante alegou a imposição de multas administrativas e tentativas de interdição do estabelecimento sem prévia notificação e sem observância do devido processo administrativo, no contexto das medidas restritivas adotadas para enfrentamento da pandemia da COVID-19. RAZÕES DE DECIDIR. A instrução procedimental demonstrou que os atos administrativos questionados estavam relacionados, em princípio, ao regular exercício do poder de polícia administrativa municipal voltado à fiscalização do cumprimento das normas sanitárias então vigentes. As diligências realizadas pelo Ministério Público, compreendendo requisição de documentos, solicitação de informações ao Município e acompanhamento da situação narrada pela interessada, não produziram elementos aptos a evidenciar abuso de poder, desvio de finalidade, perseguição administrativa ou outra conduta ilícita a justificar a adoção de medida judicial coletiva. Ademais, os fatos investigados remontam ao ano de 2020, encontrando-se vinculados a contexto sanitário excepcional já superado, circunstância que, associada ao expressivo lapso temporal transcorrido e à impossibilidade de localização da noticiante para atualização das informações, reduz significativamente a utilidade de novas diligências. Ausente demonstração de situação ilícita atual, continuada ou dotada de repercussão coletiva relevante, e esgotadas as providências investigativas razoavelmente disponíveis, mostra-se cabível a incidência do art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ. VOTO. Voto pela homologação do arquivamento art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

34 - Processo nº 06.2021.00002129-5.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Inquérito Civil
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Aquiraz
Assunto: Saneamento
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. SUPOSTO ENTERRAMENTO IRREGULAR DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL. EMPRESA DE RECICLAGEM DE RCC. DILIGÊNCIAS EXAURIDAS. VISTORIA TÉCNICA REALIZADA PELA SEMACE. AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE CONTAMINAÇÃO DO SOLO OU DE RECURSO HÍDRICO. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO. ART. 22 DA RESOLUÇÃO Nº 036/2016-OECPJ. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

35 - Processo nº 06.2022.00000331-3.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Aratuba

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Assunto: Dano ao Erário
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA VINCULADA DA COMARCA DE ARATUBA/CE. PROCEDIMENTO INSTAURADO A FIM DE APURAR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONSISTENTE NA AUSÊNCIA DE REPASSE MUNICIPAL DE VALORES DESCONTADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS, DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS JUNTO AO BANCO DO BRASIL S/A. EXISTÊNCIA DE FEITO JUDICIAL EXECUTIVO AJUIZADO PELA MENCIONADA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, A FIM DE SER RESSARCIDA DAS QUANTIAS INDEVIDAMENTE RETIDAS PELO ENTE PÚBLICO. MERAS IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA E INADIMPLÊNCIA MUNICIPAL QUE NÃO ENSEJAM, POR SI SÓS E AUTOMATICAMENTE, O RECONHECIMENTO DE CONDUTA ÍMPROBA, À LUZ DA NOVA NORMATIZAÇÃO PREVISTA PELA LEI N° 8.429/1992, QUE EXIGE A CONFIGURAÇÃO DE ATO DOLOSO. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ, INTENÇÃO DELIBERADA DE CAUSAR DANO AO ERÁRIO MUNICIPAL OU VIOLAR PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. EXAURIMENTO DAS ATIVIDADES MINISTERIAIS DE 1° GRAU. ARQUIVAMENTO QUE SE MOSTRA LEGÍTIMO. HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

36 - Processo nº 06.2022.00001330-0.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Inquérito Civil
Origem: 134ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Posturas Municipais
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. OCUPAÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO. COMÉRCIO EM LOGRADOURO PÚBLICO. FISCALIZAÇÃO PELOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS COMPETENTES. ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS. PROVIDÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO EMPREENDIDAS PELA RESPONSÁVEL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO ESTATAL. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS A JUSTIFICAR A CONTINUIDADE DA ATUAÇÃO MINISTERIAL. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

37 - Processo nº 06.2023.00000780-2.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Acarape
Assunto: Improbidade Administrativa
Voto do Conselheiro Relator:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

EMENTA: PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA VINCULADA DA COMARCA DE ACARAPE/CE. PROCEDIMENTO INSTAURADO A FIM DE APURAR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONSISTENTE NA AUSÊNCIA DE REPASSE MUNICIPAL DE VALORES DESCONTADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS, DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS JUNTO AO BANCO DO BRASIL S/A. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM FACE DE UM DOS INVESTIGADOS. DESNECESSIDADE DE CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES EM RELAÇÃO AO EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARAPE. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE MÁ-FÉ, DESONESTIDADE OU PARTICIPAÇÃO DOS DEMAIS INVESTIGADOS EM RELAÇÃO AOS FATOS NOTICIADOS, À LUZ DA NOVA NORMATIZAÇÃO PREVISTA PELA LEI N° 8.429/1992, QUE EXIGE A CONFIGURAÇÃO DE ATO DOLOSO. EXAURIMENTO DAS ATIVIDADES MINISTERIAIS DE 1° GRAU. ARQUIVAMENTO QUE SE MOSTRA LEGÍTIMO. HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

38 - Processo nº 06.2024.00001002-2.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Inquérito Civil
Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte
Assunto: Perturbação do trabalho ou do sossego alheios
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. POLUIÇÃO SONORA. APURAÇÃO DE SUPOSTA PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO DECORRENTE DE CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS. FISCALIZAÇÕES AMBIENTAIS INFRUTÍFERAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL. MELHORA SUPERVENIENTE DA SITUAÇÃO RELATADA PELA DENUNCIANTE. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. CASO SOB EXAME. Trata-se de Inquérito Civil Público instaurado para apurar suposta prática de poluição sonora decorrente da realização de celebrações religiosas em imóvel situado na Rua Antônio Pereira da Silva, nº 609, Bairro Tiradentes, no Município de Juazeiro do Norte. A investigação teve origem em denúncia de moradora vizinha, que alegou a emissão de sons e ruídos acima dos limites legalmente permitidos durante eventos religiosos realizados no período noturno. No curso da instrução, foram determinadas diligências fiscalizatórias pela Autarquia Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte (AMAJU), além da oitiva das pessoas envolvidas e da adoção de medidas administrativas voltadas à prevenção de eventual dano ambiental. RAZÕES DE DECIDIR. As diligências investigativas realizadas não produziram elementos aptos a comprovar a ocorrência de poluição sonora ou de qualquer infração ambiental relacionada ao funcionamento das atividades desenvolvidas no local. Os relatórios de fiscalização elaborados pela AMAJU consignaram a inexistência de emissões sonoras passíveis de aferição técnica, inclusive em vistoria realizada durante a ocorrência de celebração religiosa. Ademais, a responsável pelo espaço firmou Termo de Compromisso Ambiental, comprometendo-se ao cumprimento das normas de controle da poluição sonora. Soma-se a isso o fato de a própria denunciante ter informado, posteriormente, substancial melhora da situação inicialmente narrada, relatando que os eventos passaram a ocorrer com menor frequência, em nível considerado tolerável. Diante da ausência de provas de lesão ou ameaça concreta ao meio ambiente, do exaurimento das medidas investigativas cabíveis e da inexistência de novos elementos indicativos de irregularidade, revela-se adequada a promoção de arquivamento do

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

inquérito civil, nos termos do art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ. VOTO.Voto pelo arquivamento do presente inquérito Civil.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

39 - Processo nº 06.2025.00002025-7.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Inquérito Civil
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Quixeramobim
Assunto: Fiscalização
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM/CE. PROCEDIMENTO INSTAURADO A FIM DE APURAR SUPOSTO ABUSO DO PODER ECONÔMICO E POSSÍVEL ATO DE PROMOÇÃO/ENALTECIMENTO PESSOAL DE VEREADOR. IMAGEM PUBLICADA EM REDE SOCIAL COM A FINALIDADE APENAS DE AGRADECER A INTERVENÇÃO LEGISLATIVA REALIZADA PELO INVESTIGADO JUNTO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTEMENTE INDICATIVOS DE MANIFESTA INTENÇÃO DE PERSONIFICAÇÃO DE OBRA PÚBLICA. MERA IRREGULARIDADE OU ILEGALIDADE QUE NÃO ENSEJA, POR SI SÓ E AUTOMATICAMENTE, O RECONHECIMENTO DE CONDUTA ÍMPROBA, À LUZ DA NOVA NORMATIZAÇÃO PREVISTA PELA LEI N° 8.429/1992, QUE EXIGE A CONFIGURAÇÃO DE ATO DOLOSO. FALTA DE MÁ-FÉ OU INTENÇÃO DELIBERADA DE VIOLAR PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. EXAURIMENTO DAS ATIVIDADES MINISTERIAIS DE 1° GRAU. ARQUIVAMENTO QUE SE MOSTRA LEGÍTIMO. HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

40 - Processo nº 01.2025.00035278-4.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Notícia de Fato
Origem: 136ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Posturas Municipais
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: NOTÍCIA DE FATO. RECURSO CONTRA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM TRECHOS DA AVENIDA DOLOR BARREIRA. PROVIMENTO DE RECURSO ANTERIOR PELO CONSELHO SUPERIOR. DESIGNAÇÃO DE NOVO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA PELA AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA (AMC). ELABORAÇÃO DE PROJETO E IMPLANTAÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NOS LOCAIS INDICADOS. COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL E FOTOGRÁFICA DO CUMPRIMENTO DAS PROVIDÊNCIAS. EXAURIMENTO DO OBJETO DA NOTÍCIA DE FATO. NOVA INSURGÊNCIA FUNDADA EM QUESTIONAMENTOS ACERCA DA QUALIDADE, ADEQUAÇÃO TÉCNICA E DURABILIDADE

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

DO SERVIÇO EXECUTADO. MATÉRIA ESTRANHA AO OBJETO ORIGINÁRIO DO PROCEDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO POR MEIO RECURSAL. IMAGENS EXTRAÍDAS DO GOOGLE MAPS COM REFERÊNCIA TEMPORAL ANTERIOR À IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS. INAPTIDÃO PARA DEMONSTRAR A PERSISTÊNCIA DA IRREGULARIDADE NOTICIADA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS A INFIRMAR AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO ÓRGÃO TÉCNICO COMPETENTE. RECURSO NÃO CONHECIDO. MANUTENÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

41 - Processo nº 06.2026.00000142-0.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Procedimento Preparatório
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Saboeiro
Assunto: Frustração do Caráter Competitivo de Licitação
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. MUNICÍPIO DE SABOEIRO. APURAÇÃO DE SUPOSTA SIMULAÇÃO CONTRATUAL E DIRECIONAMENTO DE CONTRATAÇÃO. DILIGÊNCIAS EXAURIENTES. REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DE FRAUDE, DANO AO ERÁRIO OU DOLO ESPECÍFICO. INEXISTÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 021/2019 DO CSMP/CE E DO ART. 22 DA RESOLUÇÃO Nº 036/2016/OECPJ. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

42 - Processo nº 09.2026.00005408-4.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Procedimento Administrativo
Origem: 147ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Violência Psicológica contra a Mulher
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EVOLUÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO. REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. CUMPRIMENTO DA PROVIDÊNCIA REQUISITADA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADO. DESNECESSIDADE DE REMESSA DOS AUTOS PARA HOMOLOGAÇÃO. COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. CIÊNCIA PELO CSMP. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. CASO SOB EXAME. Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado a partir da evolução de notícia de fato, com a finalidade de acompanhar o cumprimento de requisição ministerial dirigida à Polícia Civil para instauração de inquérito policial. No curso do procedimento, a autoridade policial informou a geração de expediente administrativo e seu encaminhamento ao setor competente, culminando na efetiva instauração do inquérito policial requerido. Diante do atingimento integral da

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

finalidade que justificou a instauração do feito, a Promotoria de Justiça promoveu seu arquivamento fundamentado, remetendo os autos ao Conselho Superior do Ministério Público para análise. RAZÕES DE DECIDIR. O Procedimento Administrativo, nos termos dos arts. 27 e 30 da Resolução nº 036/2016-OECPJ/MPCE e do art. 12 da Resolução nº 174/2017-CNMP, constitui instrumento vocacionado ao acompanhamento e à fiscalização de fatos, instituições, políticas públicas e interesses tutelados pelo Ministério Público, sem natureza investigativa voltada à apuração de ilícito específico. A disciplina normativa estabelece que seu arquivamento ocorre no próprio órgão de execução, mediante decisão fundamentada e simples comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público, sendo dispensada a remessa dos autos para homologação ou controle revisional. No caso concreto, constatou-se que a medida requisitada pelo Ministério Público foi integralmente cumprida, com a efetiva instauração do inquérito policial destinado à apuração dos fatos noticiados, configurando o esgotamento da finalidade administrativa perseguida e a consequente perda superveniente do objeto do procedimento. Inexistindo previsão normativa de atuação homologatória do Conselho Superior em hipóteses dessa natureza, impõe-se apenas a tomada de ciência da promoção de arquivamento e a devolução dos autos ao órgão de origem. VOTO. Ante o exposto, manifesto Ciência ao presente procedimento, seu objeto e os motivos do arquivamento, bem como determino o retorno dos autos à origem, porquanto desnecessário a homologação do arquivamento por esse Colegiado, à luz do art. 12, caput, e art. 13, § 4º, da Resolução nº 174/2017-CNMP, do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 30, caput e § 3º, II e IV, da Resolução nº 036/2016-OECPJ/MPCE.

VOTOS:

DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.

Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

43 - Processo nº 09.2026.00010158-3.

Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES

Classe: Procedimento Administrativo

Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Itatira

Assunto: VAGA

Voto do Conselheiro Relator:

EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO EDUCAÇÃO INFANTIL TRANSPARÊNCIA E GESTÃO DE VAGAS MUNICÍPIO DE ITATIRA INEXISTÊNCIA DE LISTA DE ESPERA REGULARIDADE DAS MATRÍCULAS EXPANSÃO DA REDE DE ATENDIMENTO ARQUIVAMENTO NO PRÓPRIO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO COMUNICAÇÃO AO CONSELHO SUPERIOR DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 27 E 30 da RESOLUÇÃO Nº 036/2016-OECPJ/MPCE E ART. 12 da RESOLUÇÃO Nº 174/2017-CNMP.

VOTOS:

DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

44 - Processo nº 06.2026.00000743-6.

Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES

Classe: Procedimento Preparatório

Origem: 16ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Assunto: Suspensão
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO NO ÂMBITO DA 16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE. PROCEDIMENTO INSTAURADO A FIM DE APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO N° 210701223 (DECORRENTE DA TOMADA DE PREÇOS N° 005/2023-CMJN), CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE E A EMPRESA DAGER COSTA CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI. REGULARIDADE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL QUE FOI DEMONSTRADA PELO ÓRGÃO LEGISLATIVO MUNICIPAL. MERA IRREGULARIDADE LICITATÓRIA OU CONTRATUAL QUE NÃO ENSEJA, POR SI SÓ E AUTOMATICAMENTE, O RECONHECIMENTO DE CONDUTA ÍMPROBA, À LUZ DA NOVA NORMATIZAÇÃO PREVISTA PELA LEI N° 8.429/1992, QUE EXIGE A CONFIGURAÇÃO DE ATO DOLOSO. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ, INTENÇÃO DELIBERADA DE CAUSAR DANO AO ERÁRIO MUNICIPAL OU VIOLAR PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. EXAURIMENTO DAS ATIVIDADES MINISTERIAIS DE 1° GRAU. ARQUIVAMENTO QUE SE MOSTRA LEGÍTIMO. HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

45 - Processo nº 01.2026.00013808-1.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Notícia de Fato
Origem: 164ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Crimes contra a Ordem Tributária
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO NO ÂMBITO DA 164ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE FORTALEZA/CE (27ª PROMOTORIA CRIMINAL). PROCEDIMENTO INSTAURADO A FIM DE APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, PREVISTO NO ARTIGO 2°, II, DA LEI N° 8.137/1990. DELITO QUE POSSUI CARÁTER FORMAL, CONSUMANDO-SE COM A AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTO NO PRAZO LEGALMENTE PREVISTO. INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA QUE OCORREU EM JUNHO DE 2013, MARCO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL APLICÁVEL, À LUZ DO DISPOSTO NO ARTIGO 111, I, DO CÓDIGO PENAL. TRANSCURSO INTEGRAL DO PRAZO PRESCRICIONAL PENAL APLICÁVEL. PUNIBILIDADE QUE SE AFIGURA EXTINTA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DA TRAMITAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO EM TELA. ARQUIVAMENTO QUE SE MOSTRA LEGÍTIMO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

46 - Processo nº 06.2026.00000965-6.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Procedimento Preparatório

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Itapajé
Assunto: Fiscalização
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE FISIOTERAPEUTA. SUPOSTA PRETERIÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS. REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO TEMPORÁRIO. EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO COM OBJETO MAIS AMPLO. DUPLICIDADE DE ATUAÇÃO MINISTERIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 08/2019/CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR DESPACHO MONOCRÁTICO. CASO SOB EXAME. Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado para apurar possível preterição de candidatos aprovados para o cargo de Fisioterapeuta no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024 do Município de Itapajé/CE, diante da realização do Processo Seletivo nº 005/2025 para o mesmo cargo. No curso da instrução, constatou-se a existência de Procedimento Administrativo instaurado com objeto mais amplo, destinado ao acompanhamento e à fiscalização do cumprimento de acordo judicial relacionado ao concurso público, abrangendo a convocação de aprovados e a análise de contratações temporárias eventualmente incompatíveis com as obrigações assumidas pelo ente municipal. RAZÕES DE DECIDIR. Verificou-se que a controvérsia objeto do Procedimento Preparatório encontra-se integralmente compreendida no âmbito do Procedimento Administrativo nº 09.2026.00005164-3, instaurado para acompanhar a execução de acordo judicial homologado em Ação Civil Pública voltada à regular implementação do Concurso Público nº 001/2024. O referido procedimento possui escopo mais abrangente, contemplando expressamente a fiscalização das nomeações dos aprovados e a verificação de contratações temporárias para cargos alcançados pelo certame, inclusive o de Fisioterapeuta. Nessas circunstâncias, a manutenção de procedimento autônomo para apuração da mesma matéria revelaria indevida duplicidade de atuação ministerial, com potencial sobreposição de diligências e fragmentação do acompanhamento institucional. A solução adotada observa os princípios da eficiência, economicidade, racionalidade administrativa e unidade da atuação ministerial, sem prejuízo da continuidade da fiscalização dos fatos noticiados no procedimento principal. Incide, assim, a Súmula nº 08/2019 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, segundo a qual é cabível a homologação do arquivamento quando existente procedimento com objeto idêntico ou mais amplo, desde que adequadamente instruído. VOTO. Ante o exposto, CONHEÇO e HOMOLOGO o arquivamento dos presentes autos, por via de despacho monocrático, nos termos da Súmula nº 08/2019 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

47 - Processo nº 06.2026.00001091-9.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Procedimento Preparatório
Origem: 8ª Promotoria de Justiça de Sobral
Assunto: Direitos e Garantias Fundamentais
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. PROJETO MESA BRASIL. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS. ALEGADA AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS. SUPOSTO FAVORECIMENTO DE BENEFICIÁRIOS. POSSÍVEL DESVIO DE DOAÇÕES. DILIGÊNCIAS EXAURIDAS. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DE LESÃO A INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS OU INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. CASO SOB EXAME.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado para apurar supostas irregularidades na execução do Projeto Mesa Brasil no Município de Sobral/CE, especificamente no bairro Sumaré, consistentes na alegada ausência de critérios objetivos para distribuição de alimentos, favorecimento pessoal de beneficiários, desvio de doações e exclusão indevida de pessoa em situação de vulnerabilidade social. No curso da investigação, foram requisitadas informações ao Serviço Social do Comércio (SESC), bem como realizadas diligências e inspeções in loco na unidade do Programa Mesa Brasil e na Associação Francisco Aparecido Cruz, entidade responsável pela distribuição dos alimentos na comunidade atendida. RAZÕES DE DECIDIR. A instrução ministerial revelou-se suficiente ao completo esclarecimento dos fatos noticiados. As informações prestadas pelo SESC demonstraram que o Programa Mesa Brasil atua mediante parceria com entidades sociais regularmente cadastradas, incumbidas da seleção e acompanhamento dos beneficiários, inexistindo distribuição direta de alimentos à população. As inspeções realizadas pelo Órgão de Execução confirmaram a regularidade do fluxo de recebimento, triagem, armazenamento e destinação dos gêneros alimentícios, bem como a adequada atuação da Associação Francisco Aparecido Cruz. Não foram identificados indícios de favorecimento pessoal, desvio de alimentos, adoção de critérios discriminatórios ou qualquer outra irregularidade apta a justificar a continuidade da investigação. Constatado o esgotamento das diligências cabíveis e a inexistência de elementos mínimos demonstrativos de lesão ou ameaça a interesses difusos, coletivos ou individuais indisponíveis, mostra-se correta a aplicação do art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ, que autoriza o arquivamento do procedimento quando ausente fundamento para a propositura de ação civil pública. VOTO. Voto pela homologação do arquivamento.

VOTOS:

DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.

Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

48 - Processo nº 06.2026.00001119-5.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Quiterianópolis
Assunto: Frustração do Caráter Competitivo de Licitação
Voto do Conselheiro Relator:

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA. APURAÇÃO DE SUPOSTO DIRECIONAMENTO DE CERTAME E FAVORECIMENTO DE LICITANTE. DESCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTES. ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO LICITATÓRIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE FRAUDE, CONLUIO OU DOLO ESPECÍFICO. INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. CASO SOB EXAME. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar supostas irregularidades na Concorrência Eletrônica nº 033/2025, promovida pelo Município de Quiterianópolis/CE para implantação de passeios e calçadas acessíveis, em razão de notícia anônima que apontava possível favorecimento à empresa vencedora, decorrente da sucessiva exclusão de licitantes, alegadamente sem motivação adequada, sem realização de diligências saneadoras e sem resposta a questionamentos formulados durante a sessão eletrônica. Após extensa instrução, com análise de aproximadamente 2.745 páginas de documentos, o órgão ministerial promoveu o arquivamento do feito por inexistirem elementos mínimos aptos a demonstrar fraude, improbidade administrativa ou lesão ao patrimônio público.2. RAZÕES DE DECIDIR. A documentação reunida evidenciou que as decisões de desclassificação e inabilitação foram acompanhadas de justificativas registradas na plataforma eletrônica e amparadas em exigências previstas no edital, afastando a alegação de ausência absoluta de motivação. A investigação não identificou elementos concretos indicativos de direcionamento do certame, ajuste prévio, conluio, favorecimento indevido, manipulação da licitação ou participação dolosa da empresa vencedora.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Verificou-se, ainda, que a contratada apresentou documentação compatível com as exigências editalícias e que o contrato foi celebrado por valor inferior ao orçamento estimado, sem indícios de sobrepreço, superfaturamento, pagamento indevido, inexecução contratual ou qualquer dano efetivo ao erário. À luz da redação atual da Lei nº 8.429/1992, que exige demonstração de dolo específico para a configuração de improbidade administrativa, e considerando o esgotamento das diligências úteis, nos termos do art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ, concluiu-se pela ausência de justa causa para a propositura de ação civil pública sancionatória, ressarcitória ou anulatória, impondo-se a homologação do arquivamento VOTO. Voto pela Homologação do arquivamento.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

49 - Processo nº 09.2026.00020434-4.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Procedimento Administrativo
Origem: 164ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Crimes contra a Ordem Tributária
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. ESGOTAMENTO DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADO. COMUNICAÇÃO AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DESNECESSIDADE DE REMESSA PARA HOMOLOGAÇÃO. ART. 12 DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017. ART. 30 DA RESOLUÇÃO Nº 036/2016-OECPJ/MPCE. CIÊNCIA PELO COLEGIADO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. CASO SOB EXAME. Trata-se de Procedimento Administrativo instaurado a partir de Representação Fiscal para Fins Penais encaminhada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ/CE), destinada à apuração de possíveis crimes contra a ordem tributária supostamente praticados pela empresa RN Comércio Varejista S/A. No curso do procedimento, foi requisitada a instauração de Inquérito Policial perante a Delegacia de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, providência efetivamente cumprida, conforme Portaria de Instauração acostada à fl. 165. Diante do exaurimento das medidas cabíveis no âmbito ministerial, o órgão de execução promoveu o arquivamento do feito, nos termos das fls. 166/167, remetendo comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público.2. RAZÕES DE DECIDIR. A controvérsia restringe-se à verificação da necessidade de submissão do arquivamento de Procedimento Administrativo à homologação do Conselho Superior do Ministério Público. A disciplina normativa aplicável evidencia que o Procedimento Administrativo constitui instrumento voltado ao acompanhamento, fiscalização ou adoção de providências ministeriais desprovidas de caráter investigativo voltado à responsabilização específica por ilícito, sujeitando-se a regime próprio de arquivamento. Nos termos do art. 12 da Resolução CNMP nº 174/2017 e do art. 30 da Resolução nº 036/2016-OECPJ/MPCE, o encerramento desse procedimento ocorre no próprio órgão de execução, mediante decisão fundamentada e simples comunicação ao Conselho Superior, sendo dispensada a remessa dos autos para controle homologatório ou revisional. Verificado que a providência requerida foi integralmente atendida pela instauração do Inquérito Policial, com consequente esgotamento da atribuição da Promotoria de Justiça no âmbito do procedimento administrativo, revela-se regular o arquivamento promovido, cabendo ao Conselho apenas tomar ciência do objeto e dos fundamentos da decisão e determinar o retorno dos autos à origem. VOTO. Tomo Ciência do arquivamento, bem como determino o retorno dos autos à origem, porquanto desnecessário a homologação do arquivamento por esse Colegiado, à luz do art. 12, caput, e art. 13, § 4º, da Resolução nº 174/2017-CNMP, do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 30, caput e § 3º, II e IV, da Resolução nº 036/2016-OECPJ/MPCE.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

50 - Processo nº 06.2026.00001359-3.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Inquérito Civil
Origem: 136ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Posturas Municipais
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS. LIMPEZA URBANA. MANUTENÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA. RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA. COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO ADMINISTRATIVA QUALIFICADA. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS. ART. 22 DA RESOLUÇÃO Nº 036/2016-OECPJ. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. CASO SOB EXAME. Trata-se de Inquérito Civil Público instaurado para apurar suposta omissão do Município de Fortaleza na prestação de serviços públicos essenciais no bairro Pedras, consistentes na limpeza e capinação de vias públicas, manutenção da Praça Santa Luzia e recuperação da pavimentação asfáltica. No curso da investigação, foram requisitadas informações aos órgãos municipais competentes, que noticiaram a realização de serviços de limpeza urbana, intervenções de recuperação viária e a regular prestação do serviço de coleta domiciliar de resíduos sólidos. A representante foi intimada para se manifestar acerca dos esclarecimentos prestados, permanecendo inerte. RAZÕES DE DECIDIR. Os elementos coligidos aos autos evidenciam que a Administração Municipal vem adotando providências relacionadas às demandas objeto da representação, incluindo a limpeza da Praça Santa Luzia, a execução de serviços de recuperação asfáltica em diversas vias do bairro e a manutenção regular da coleta de resíduos sólidos. Não se verificou, portanto, situação de abandono, paralisação do serviço ou omissão administrativa grave apta a caracterizar lesão ou ameaça a interesses difusos ou coletivos. Ademais, a definição das prioridades de intervenção urbana e a alocação de recursos públicos inserem-se, em regra, na esfera de discricionariedade do Poder Executivo, cabendo a atuação dos órgãos de controle apenas diante de ilegalidade manifesta, inércia injustificada ou deficiência relevante da prestação estatal. Constatado o esgotamento das diligências investigatórias e inexistindo fundamento para o ajuizamento de ação civil pública, incide a hipótese prevista no art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ, legitimando a promoção de arquivamento formulada pelo órgão de execução. VOTO. Voto pela homologação da promoção de arquivamento nos termos do art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

51 - Processo nº 06.2026.00001415-9.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Procedimento Preparatório
Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Itapipoca
Assunto: Fiscalização
Voto do Conselheiro Relator:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE ITAPIPOCA (AMTI). AUSÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DE DADOS REMUNERATÓRIOS DE SERVIDORES. DILIGÊNCIAS MINISTERIAIS. REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM AMBIENTE ELETRÔNICO DE ACESSO PÚBLICO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. INCIDÊNCIA DO ART. 22 DA RESOLUÇÃO Nº 036/2016-OECPJ. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. CASO SOB EXAME. Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado com o objetivo de apurar suposta violação aos princípios da publicidade e da transparência administrativa em razão da alegada ausência de divulgação das informações remuneratórias dos servidores da Autarquia Municipal de Trânsito de Itapipoca (AMTI) no Portal da Transparência do Município de Itapipoca. A investigação teve origem em denúncia anônima que noticiava a indisponibilidade dos dados ou a sua apresentação com valores zerados, em possível desacordo com a Lei de Acesso à Informação e a legislação de regência da transparência pública. RAZÕES DE DECIDIR. No curso da instrução, foram realizadas diligências junto ao Município de Itapipoca e à AMTI, oportunidade em que a autarquia reconheceu a ausência inicial das informações e esclareceu estar promovendo a implantação e adequação de suas plataformas digitais. Posteriormente, apresentou documentação comprobatória da efetiva regularização da situação, consistente em relatórios do sistema, comprovantes de importação das folhas de pagamento, demonstrativos de transmissão de dados ao Portal da Transparência, relação de servidores e capturas de tela demonstrando o funcionamento do portal e a disponibilização pública das informações remuneratórias. Os elementos coligidos evidenciaram o atendimento das exigências de publicidade e transparência administrativa, bem como o alcance da finalidade da atuação ministerial. Não subsistindo irregularidade atual e encontrando-se esgotadas as diligências úteis à apuração, restou caracterizada a perda superveniente do objeto da investigação, incidindo a hipótese prevista no art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ. VOTO. Voto pela homologação do arquivamento nos termos do art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

52 - Processo nº 06.2026.00001594-7.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Procedimento Preparatório
Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Crato
Assunto: Controle Social e Conselhos de Saúde
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO PUBLICIDADE MÉDICA IRREGULAR AUSÊNCIA DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SUPOSTA OFERTA DE SERVIÇOS VINCULADOS à PRÁTICA MÉDICA SEM CONFORMIDADE LEGAL EMPRESA ARA PRODUTOS DE SAÚDE ATUAÇÃO MINISTERIAL DILIGENTE CONSTATAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIÇOS MÉDICOS CLANDESTINOS REGULARIDADE SANITÁRIA E ADMINISTRATIVA COMPROVADA PUBLICIDADE EQUIVOCADA EXTIRPADA INTEGRAL ACOLHIMENTO da RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL Nº 0016/2026 BOA-FÉ OBJETIVA E DEFERÊNCIA INSTITUCIONAL ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA APLICAÇÃO DO ART. 22 da RESOLUÇÃO Nº 036/2016 OECPJ/MPCE ARQUIVAMENTO PROMOVIDO HOMOLOGAÇÃO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

53 - Processo nº 01.2026.00029793-4.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Notícia de Fato
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Baturité
Assunto: Crimes contra a Ordem Tributária
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. NOTÍCIA DE FATO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 2º, INCISO II, DA LEI Nº 8.137/1990. REPRESENTAÇÃO FISCAL. ICMS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 026/2022-CSMP E DO ART. 78, III, DO REGIMENTO INTERNO DO CSMP. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. CASO SOB EXAME. Trata-se de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público decorrente de promoção de arquivamento de Notícia de Fato instaurada a partir de Representação Fiscal encaminhada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ), que noticia suposta prática de crime contra a ordem tributária atribuído à pessoa jurídica J P Frutas Selecionadas Ltda., em razão de irregularidades no recolhimento de ICMS referentes aos períodos de maio, junho, julho e setembro de 2020, bem como março de 2021, objeto do Auto de Infração nº 202421439. A Promotoria de Justiça reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal e determinou o arquivamento do feito. RAZÕES DE DECIDIR. A conduta noticiada amolda-se, em tese, ao delito previsto no art. 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/1990, cuja pena máxima cominada é de 2 (dois) anos de detenção, atraindo a incidência do prazo prescricional de 4 (quatro) anos previsto no art. 109, inciso V, do Código Penal. Considerando que a última obrigação tributária apontada como inadimplida venceu em 23 de março de 2021, tem-se que, desde então, transcorreu lapso temporal superior ao prazo legal sem notícia de causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. Configurada a extinção da punibilidade, mostra-se inviável a continuidade da persecução penal, por ausência de justa causa. Ademais, a matéria insere-se nas hipóteses de arquivamento com exame de mérito previstas na Súmula nº 026/2022 do CSMP, justificando a submissão do feito ao Colegiado. Tratando-se de questão já pacificada e de reconhecimento obrigatório, admite-se a apreciação monocrática pelo Relator, nos termos do art. 78, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO. Voto pela homologação do arquivamento da presente Notícia de Fato Criminal, por meio de decisão monocrática, dando-se ciência ao Colegiado, nos termos regimentais.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

54 - Processo nº 09.2026.00029418-1.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Procedimento de Gestão Administrativa
Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público
Assunto: Comunicação Institucional
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

EM EVENTO. APRESENTAÇÃO TEMPESTIVA. CUMPRIMENTO DO DEVER FUNCIONAL PREVISTO NO ART. 16 DO PROVIMENTO Nº 20/2016. APROVAÇÃO MONOCRÁTICA (ART. 79, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO CSMP).
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

55 - Processo nº 09.2026.00030407-4.
Relator(a): ROBERTA COELHO MAIA ALVES
Classe: Procedimento de Gestão Administrativa
Origem: 17ª Procuradoria de Justiça
Assunto: Capacitação
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTO INSTITUCIONAL. 3.º CONGRESSO CONAMP MULHER. SALVADOR/BA. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO E COMPROVAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO. ATENDIMENTO À EXIGÊNCIA PREVISTA NO ART. 16 DO PROVIMENTO Nº 20/2016. CONTEÚDO RELACIONADO AO APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL E AO INTERESSE INSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO RELATOR PARA DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA. ART. 79, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RELATÓRIO APROVADO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

56 - Processo nº 06.2023.00002052-7.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Canindé
Assunto: Improbidade Administrativa
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA AQUISIÇÃO E ENTREGA DE INSUMOS À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. ARQUIVAMENTO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS DE ATO ÍMPROBO E DE DANO AO ERÁRIO. HOMOLOGAÇÃO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar notícia de possíveis irregularidades relacionadas à aquisição de insumos por preços supostamente inferiores aos de mercado e à alegada ausência desses produtos no Município, levantando dúvidas acerca da efetiva entrega à Administração Pública. II. Questão em Discussão: Verificar se os elementos colhidos no curso da investigação revelam a prática de ato de improbidade administrativa, dano ao erário ou outras irregularidades aptas a justificar a propositura de ação civil pública e o prosseguimento das diligências. III. Razões de Decidir: Foram realizadas diligências consistentes na requisição de documentos, análise de relatórios de estoque, juntada de processos de empenho, pagamentos, contratos e aditivos, além da notificação das empresas fornecedoras. Os relatórios encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

indicaram a efetiva entrega dos insumos adquiridos, não sendo identificados elementos concretos que evidenciassem desvio de recursos públicos, prejuízo ao erário ou prática de ato de improbidade administrativa. A apuração também não revelou elementos capazes de corroborar as suspeitas inicialmente apresentadas. IV. Dispositivo e Tese: Homologação monocrática do arquivamento do Inquérito Civil. Tese de julgamento: 1. A ausência de elementos probatórios que demonstrem irregularidade na execução contratual, dano ao erário ou prática de ato de improbidade administrativa autoriza o arquivamento do inquérito civil. 2. Comprovada, por meio das diligências realizadas, a entrega dos insumos objeto da investigação e inexistindo elementos concretos de desvio de recursos públicos, mostra-se incabível a propositura de ação civil pública. Dispositivos relevantes citados: Súmula nº 021/2019 do Conselho Superior do Ministério Público do Ceará.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

57 - Processo nº 06.2023.00002201-4.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Camocim
Assunto: Improbidade Administrativa
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTAS DEMISSÕES EM MASSA DE FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS. ALEGADA PERSEGUIÇÃO POLÍTICA. ARQUIVAMENTO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS DE DIRECIONAMENTO POLÍTICO NAS DEMISSÕES OU DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar supostas demissões em massa de funcionários terceirizados vinculados à Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação, supostamente motivadas por perseguição política decorrente de mudanças no contexto político-administrativo local. II. Questão em Discussão: Verificar se os elementos colhidos durante a instrução demonstram a ocorrência de perseguição político-partidária, utilização da estrutura administrativa para favorecimento ou perseguição de grupos políticos, ou a prática de ato de improbidade administrativa apto a justificar a propositura de ação civil pública. III. Razões de Decidir: As empresas notificadas apresentaram justificativas administrativas para os desligamentos questionados, sem indicação de motivação política. Os depoimentos colhidos revelaram a existência de comentários, rumores e percepções subjetivas acerca de possível perseguição política, porém sem apresentação de elementos objetivos capazes de corroborar a narrativa inicial. Não foram produzidas provas concretas da existência de lista de desligamentos por motivação político-partidária, de pedidos de voto, de ameaças ou de qualquer utilização da estrutura administrativa para fins de perseguição política. Ausentes, portanto, elementos mínimos de autoria, materialidade e dolo aptos a caracterizar ato de improbidade administrativa. IV. Dispositivo: Homologação monocrática do arquivamento do Inquérito Civil. Dispositivos relevantes citados: Súmula nº 021/2019 do Conselho Superior do Ministério Público do Ceará.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

58 - Processo nº 01.2025.00017219-7.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Notícia de Fato
Origem: 184ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Estelionato
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: NOTÍCIA DE FATO CRIMINAL. SUPOSTA PRÁTICA DE ESTELIONATO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DE FRAUDE ANTECEDENTE, ARDIL OU DOLO PREORDENADO. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Notícia de Fato instaurada a partir de petição apresentada por cooperativa de crédito, noticiando suposta prática do crime de estelionato por servidor público que, após contratar empréstimo referente à antecipação do décimo terceiro salário, realizou a portabilidade de sua conta-salário para outra instituição financeira, circunstância que teria impossibilitado a realização dos descontos automáticos pactuados e ocasionado o inadimplemento da obrigação assumida. II. Questão em Discussão: Analisar a regularidade da promoção de arquivamento, verificando se os elementos constantes dos autos são suficientes para caracterizar a prática do crime de estelionato ou se os fatos narrados constituem mera controvérsia de natureza contratual. III. Razões de Decidir: Os elementos informativos constantes dos autos não evidenciam a existência de fraude antecedente, ardil, artifício ou qualquer conduta dolosa empregada pelo noticiado no momento da contratação do empréstimo. A situação narrada revela, em tese, descumprimento contratual superveniente decorrente de relação jurídica privada regularmente estabelecida entre as partes. Inexistindo elementos mínimos aptos a demonstrar a ocorrência de ilícito penal, bem como justa causa para a instauração ou prosseguimento da persecução criminal, mostra-se adequada a promoção de arquivamento. A controvérsia encontra meios próprios de solução nas esferas cível e/ou administrativa, não se justificando a intervenção do Direito Penal. IV. Dispositivo: Despacho monocrático de homologação do arquivamento da Notícia de Fato Criminal. Dispositivos relevantes citados: Súmula nº 026/2022 do Conselho Superior do Ministério Público.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

59 - Processo nº 06.2026.00000924-5.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Tianguá
Assunto: Destruição ou Degradação Mediante Desmatamento ou Exploração Econômica
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO. DIMENSÃO URBANÍSTICA. EMBARGO ADMINISTRATIVO VIGENTE E CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE ATIVIDADE RECENTE NO LOCAL. ARQUIVAMENTO PARCIAL. DANO AMBIENTAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO FEDERAL. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DA IBIAPABA. INTERESSE DA UNIÃO. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar a instalação irregular de loteamento em área situada no Município de Tianguá, bem como acompanhar o cumprimento de embargo administrativo e a adoção de medidas destinadas à recuperação da área degradada. II. Questão em Discussão: Verificar a pertinência do arquivamento parcial quanto à dimensão urbanística e a existência de atribuição do Ministério Público Federal para adoção das providências relacionadas à recuperação dos danos ambientais ocorridos no interior de unidade de conservação federal. III. Razões de Decidir: Quanto à dimensão urbanística, inspeção realizada no local constatou a inexistência de pessoas ou indícios de atividades recentes relativas a obras ou serviços de

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

construção, permanecendo vigente e cumprido o embargo administrativo imposto pelo IBAMA, não se evidenciando interesse de agir para eventual ajuizamento de Ação Civil Pública. A repercussão criminal decorrente do parcelamento irregular do solo já é objeto de Inquérito Policial próprio. No tocante à dimensão ambiental, constatou-se que a área degradada está inserida nos limites da Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba, unidade de conservação federal, de modo que a pretensão de recuperação ambiental incide diretamente sobre bem submetido à gestão federal, evidenciando interesse da União e atraindo a atribuição do Ministério Público Federal. IV. Dispositivo e Tese: Voto pela Homologação do arquivamento parcial do Inquérito Civil quanto à dimensão urbanística e à legalidade do parcelamento do solo e homologação do declínio de atribuição em favor do Ministério Público Federal quanto à recuperação dos danos ambientais. Tese de julgamento: 1. A inexistência de atividade recente no local e o cumprimento do embargo administrativo justificam o arquivamento da apuração quanto à dimensão urbanística, ausente interesse de agir para adoção de medida judicial. 2. A recuperação de dano ambiental ocorrido no interior de unidade de conservação federal evidencia interesse da União e atrai a atribuição do Ministério Público Federal. 3. O declínio de atribuição em favor de órgão do Ministério Público da União depende de prévia homologação pelo Conselho Superior. Dispositivos relevantes citados: art. 50, I, da Lei nº 6.766/1979; Decreto de 26 de novembro de 1996; Súmula nº 007/2018-CSMP.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

60 - Processo nº 01.2026.00019953-5.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Notícia de Fato
Origem: 107ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Inspeção na Área de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: NOTÍCIA DE FATO CRIMINAL. ÓBITO DE CUSTODIADA. EXISTÊNCIA DE PROCESSO JUDICIAL COM OBJETO IDÊNTICO JÁ ARQUIVADO. ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO SEM ANÁLISE DE MÉRITO. EVITAÇÃO DE DUPLICIDADE DE APURAÇÕES. DESNECESSIDADE DE REMESSA AO CONSELHO SUPERIOR. CIÊNCIA. I. Caso em Exame: Notícia de Fato instaurada a partir de comunicação encaminhada pela Unidade Prisional Feminina Desembargadora Auri Moura Costa, com a finalidade de apurar as circunstâncias que envolveram o óbito de custodiada. II. Questão em Discussão: Análise da regularidade do arquivamento da Notícia de Fato promovido pela Promotoria de Justiça, em razão da existência de processo judicial anterior, com objeto idêntico, já sob controle jurisdicional, bem como da necessidade de submissão do arquivamento à homologação do Conselho Superior. III. Razões de Decidir: Verificada existência de processo judicial em curso, mostra-se adequada a promoção de arquivamento da Notícia de Fato para evitar duplicidade de apurações, em observância aos princípios da eficiência e da racionalização da atividade ministerial. Tratando-se de arquivamento fundado exclusivamente em óbice de atribuição, sem incursão no mérito da pretensão e ausente recurso da parte interessada, incide o entendimento consolidado na Súmula nº 026/2022-CSMP, sendo desnecessária a remessa dos autos ao Conselho Superior para homologação. IV. Dispositivo e Tese: Ciência da decisão de arquivamento, com determinação de retorno dos autos à Promotoria de origem. Tese de julgamento: 1. A existência de processo judicial anterior com objeto idêntico justifica o arquivamento da Notícia de Fato, a fim de evitar duplicidade investigativa. 2. O arquivamento da Notícia de Fato sem análise de mérito e sem recurso da parte interessada dispensa a submissão do feito ao Conselho Superior. Dispositivos relevantes citados: Art. 4º, I, da Resolução nº 174/2017-CNMP; art. 3º da Resolução nº 036/2016-OECPJ; Súmula nº 026/2022-CSMP.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

61 - Processo nº 06.2020.00000320-5.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo do Amarante
Assunto: Acumulação de Cargos
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. SUPOSTA ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGOS PÚBLICOS. POSSÍVEL PERCEPÇÃO DE REMUNERAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO FUNCIONAL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS MÍNIMOS. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar suposta acumulação ilícita de cargos públicos por agentes vinculados à Administração Municipal de São Gonçalo do Amarante e à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, bem como posterior notícia de possível percepção de remuneração sem correspondente prestação funcional. II. Questão em Discussão: Verificar a existência de elementos aptos a demonstrar acumulação ilícita de cargos, incompatibilidade de horários, percepção indevida de remuneração ou conduta dolosa caracterizadora de ato de improbidade administrativa. III. Razões de Decidir: As diligências realizadas, com obtenção de documentos funcionais e financeiros, não comprovaram acumulação ilícita, incompatibilidade de horários ou percepção de remuneração sem contraprestação laboral. Também não foram colhidos elementos objetivos suficientes para caracterizar a existência de servidor fantasma ou dolo apto a configurar ato de improbidade administrativa. IV. Dispositivo e Tese: Voto pelo conhecimento e homologação do arquivamento do Inquérito Civil. Tese de julgamento: A ausência de elementos probatórios mínimos capazes de demonstrar acumulação ilícita de cargos ou percepção de remuneração sem contraprestação funcional justifica o arquivamento. Dispositivo relevante citado: art. 22, caput, da Resolução nº 036/2016-OECPJ/MPCE.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

62 - Processo nº 06.2023.00000972-2.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: 78ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Medidas de proteção
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. SUPOSTAS AGRESSÕES FÍSICAS EM UNIDADE SOCIOEDUCATIVA. ATUAÇÃO DE SOCIOEDUCADORES EM CONTEXTO DE CONTENÇÃO. APURAÇÕES ADMINISTRATIVA E POLICIAL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA CARACTERIZAR ABUSO, VIOLAÇÃO DE DIREITOS OU USO EXCESSIVO DA FORÇA. AUSÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar supostas agressões físicas praticadas por socioeducadores em desfavor de adolescente nas dependências do Centro Socioeducativo São Francisco CSSF, durante intervenção destinada à contenção de atos de indisciplina. II. Questão em Discussão: Verificar a existência de elementos probatórios suficientes a demonstrar a prática de agressão física ilícita ou uso excessivo da força pelos agentes socioeducativos, bem como a necessidade de adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais. III. Razões de Decidir: A intervenção ocorreu em contexto de indisciplina e resistência às

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

determinações dos servidores, tendo os socioeducadores afirmado que eventual emprego da força se restringiu à contenção necessária. O exame de corpo de delito de um dos adolescentes não constatou vestígios de lesão, enquanto as escoriações verificadas no outro não foram consideradas, pela autoridade policial, compatíveis com a narrativa de espancamento. A investigação policial concluiu pela inexistência de elementos suficientes à caracterização do crime de lesão corporal, ao passo que a apuração administrativa realizada pela Corregedoria da SEAS não identificou elementos capazes de configurar abuso ou violação de direitos pelos agentes socioeducativos. Ausente lastro probatório mínimo para o ajuizamento de Ação Civil Pública ou adoção de outra medida judicial ou extrajudicial, mostra-se adequado o arquivamento. IV. Dispositivo: Voto pelo conhecimento e homologação do arquivamento do Inquérito Civil. Dispositivo relevante citado: art. 22, caput, da Resolução nº 036/2016-OECPJ/MPCE.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

63 - Processo nº 06.2024.00001239-7.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Ipaporanga
Assunto: FUNDEB/FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. EDUCAÇÃO. PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO. TRANSPARÊNCIA DOS PAGAMENTOS. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL. REGULARIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE LESÃO ATUAL. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar supostas irregularidades relacionadas aos profissionais da educação do Município de Ipaporanga, posteriormente delimitado à verificação da transparência quanto aos pagamentos efetuados aos professores contratados. II. Questão em Discussão: Verificar a existência de omissão na divulgação das informações remuneratórias dos profissionais da educação e a necessidade de adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais. III. Razões de Decidir: As diligências realizadas demonstraram que o Portal da Transparência municipal disponibiliza informações funcionais e remuneratórias dos servidores, inclusive dos profissionais da educação, não sendo constatada irregularidade atual. As questões referentes a piso salarial, diferenças remuneratórias e carreira possuem natureza predominantemente individual e não integram o objeto delimitado da investigação. IV. Dispositivo e Tese: Voto pelo conhecimento e homologação do arquivamento do Inquérito Civil. Tese de julgamento: Regularizada a divulgação das informações remuneratórias no Portal da Transparência e ausente lesão atual, não subsiste fundamento para o prosseguimento da investigação.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

64 - Processo nº 06.2024.00002418-2.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Aquiraz
Assunto: Tratamento médico-hospitalar
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. SAÚDE. CLÍNICA TERAPÊUTICA. INTERNAÇÃO

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

INVOLUNTÁRIA PARA TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ALEGAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA EM DESLIGAMENTO DE PACIENTE. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS PELA INSTITUIÇÃO RECLAMADA. INÉRCIA DA NOTICIANTE APÓS REGULAR NOTIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar suposta negligência de clínica terapêutica em razão do desligamento de paciente submetido à internação involuntária para tratamento de dependência química, alegadamente realizado sem prévio ajuste com a família e em contexto de vulnerabilidade. II. Questão em Discussão: Verificar a existência de elementos probatórios suficientes para caracterizar eventual conduta negligente da instituição e justificar a adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais pelo Ministério Público. III. Razões de Decidir: A instrução do feito demonstrou que a clínica apresentou manifestação acompanhada de documentos, mensagens e áudio indicando que a saída do paciente teria ocorrido com ciência da própria noticiante e que a interrupção do tratamento estaria relacionada a questões familiares. Apesar de regularmente notificada, a noticiante não apresentou contrarrazões nem elementos aptos a corroborar a alegação de negligência. Esgotadas as diligências extrajudiciais, não foram produzidas provas suficientes a amparar o ajuizamento de ação civil pública. IV. Dispositivo e Tese: Voto pelo conhecimento e homologação do arquivamento do Inquérito Civil. Tese de julgamento: Não se justifica o prosseguimento do inquérito civil quando, esgotadas as diligências investigatórias, inexistirem elementos probatórios suficientes para demonstrar a irregularidade noticiada ou embasar o ajuizamento de ação civil pública. Dispositivos relevantes citados: Resolução nº 036/2016OECP, art. 22.

VOTOS:

DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.

Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

65 - Processo nº 06.2026.00000107-5.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Procedimento Preparatório
Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Santa Quitéria
Assunto: Dano Ambiental
Voto do Conselheiro Relator:

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. MEIO AMBIENTE. DANO AMBIENTAL. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. APRESENTAÇÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA (PRAD). INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Procedimento Preparatório instaurado para apurar notícia de dano ambiental consistente em suposto desmatamento e extração irregular de madeira em imóvel rural localizado no Município de Santa Quitéria/CE, constatados em vistoria realizada pelo Instituto Municipal de Meio Ambiente de Santa Quitéria (IMASQ). II. Questão em Discussão: Verificar a suficiência das medidas adotadas para a responsabilização civil do investigado e a existência de interesse no prosseguimento da investigação. III. Razões de Decidir: A instrução confirmou a ocorrência de extração irregular de madeira, circunstâncias que ensejaram a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta voltado à reparação do dano ambiental. Em cumprimento às obrigações assumidas, foi apresentado Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), elaborado por profissional habilitada, contendo as medidas técnicas necessárias à recomposição da área afetada. Ademais, foi instaurado Procedimento Administrativo específico para acompanhamento e fiscalização do cumprimento das cláusulas pactuadas. IV. Dispositivo: Voto pelo conhecimento e homologação do arquivamento do Procedimento Preparatório. Dispositivos relevantes citados:Resolução nº 36/2016 do OECPJ arts. 22, 27 e 33.

VOTOS:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

66 - Processo nº 09.2026.00024250-5.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Procedimento Administrativo
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Ipaporanga
Assunto: Contra a dignidade sexual
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INFÂNCIA E JUVENTUDE. ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL. ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO PROTETIVA. MUDANÇA DE DOMICÍLIO PARA OUTRO ESTADO. CESSAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Procedimento Administrativo instaurado para acompanhar a situação de vulnerabilidade de adolescente vítima de suposta violência sexual, fiscalizar a atuação da rede de proteção e assegurar a efetivação das medidas necessárias à garantia de seus direitos fundamentais. II. Questão em Discussão: Verificar a necessidade de continuidade do acompanhamento protetivo pelo Ministério Público do Estado do Ceará após o retorno da adolescente ao Estado do Rio de Janeiro, bem como a adequação da promoção de arquivamento e do declínio de atribuição em favor do órgão ministerial situado em seu atual domicílio. III. Razões de Decidir: As diligências realizadas demonstraram que a adolescente, após permanecer aproximadamente oito meses sob os cuidados de seu genitor no Município de Ipaporanga/CE, retornou ao Estado do Rio de Janeiro em 18 de julho de 2026, não mais residindo no território cearense. A mudança de domicílio acarretou a cessação da atribuição territorial da Promotoria de Justiça de origem, competindo ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro prosseguir no acompanhamento de sua situação protetiva. IV. Dispositivo: Despacho monocrático de homologação do arquivamento do Procedimento Administrativo, com determinação de remessa de cópia dos autos à 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Niterói/RJ. Dispositivos relevantes citados: Súmula 011/2019 do Conselho Superior do Ministério Público do Ceará.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

67 - Processo nº 06.2016.00003136-6.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Aratuba
Assunto: Dano ao Erário
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA:INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTA EXECUÇÃO ANTECIPADA DE OBRA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS A COMPROVAR EXECUÇÃO IRREGULAR DA OBRA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar supostas irregularidades na execução da obra de construção do Binário de Acesso do Município de Aratuba/CE, em razão de alegações de movimentação de trabalhadores e realização de serviços em período anterior à Tomada de Preços n.º 001/2016-TP-SOU e à formalização do respectivo contrato administrativo. II. Questão em Discussão: Verificar se os elementos produzidos durante a

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

instrução são suficientes para demonstrar a ocorrência de irregularidades na contratação ou execução da obra pública, aptas a caracterizar ato de improbidade administrativa ou justificar o prosseguimento da persecução extrajudicial. III. Razões de Decidir: As diligências realizadas não comprovaram a execução antecipada da obra nem sua vinculação à empresa contratada. Os depoimentos colhidos não identificaram responsáveis pelas intervenções previamente observadas, enquanto o NATEC não apontou indícios de superfaturamento, sobrepreço ou dano ao erário. Ademais, as contas da Secretaria de Obras e Urbanismo de Aratuba referentes a 2016 foram julgadas regulares pelo TCE/CE. Ausentes, portanto, elementos concretos de improbidade administrativa, enriquecimento ilícito ou violação dolosa aos princípios da Administração Pública. IV. Dispositivo: Homologação monocrática do arquivamento do Inquérito Civil. Dispositivos relevantes citados: Súmula nº 021/2019 do CSMP.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

68 - Processo nº 06.2022.00002290-0.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Chorozinho
Assunto: Prestação / Tomada de Contas junto aos Tribunais de Contas
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. TOMADA DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE CHOROZINHO. EXERCÍCIO DE 2011. IRREGULARIDADES APONTADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO POR 365 DIAS. DILIGÊNCIAS EM SUA MAIOR PARTE CUMPRIDAS. PROVIDÊNCIA REMANESCENTE DE REDUZIDA COMPLEXIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SANCIONATÓRIA E DA SITUAÇÃO DO DÉBITO IMPUTADO A TÍTULO DE DANO AO ERÁRIO. INDEFERIMENTO DA PRORROGAÇÃO INTEGRAL. FIXAÇÃO DE PRAZO DE 90 DIAS PARA CONCLUSÃO.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

69 - Processo nº 06.2023.00000439-3.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: 15ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte
Assunto: Prestação de Contas
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. REALIZAÇÃO DA VAQUEJADA PADRE CÍCERO 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARCERIA. REGULARIDADE COMPROVADA. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO E DE DOLO ESPECÍFICO. RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL. NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade da aplicação dos recursos públicos destinados à realização da Vaquejada Padre Cícero 2022, especialmente quanto à parceria celebrada entre o Município de Juazeiro do Norte, por intermédio da SECULT, e a Associação Civil para o Desenvolvimento da Barbalha ACDB. II. Questão em Discussão: Verificar a

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

regularidade da prestação de contas, a existência de dano ao erário ou de ato de improbidade administrativa e a necessidade de acompanhamento do cumprimento da recomendação ministerial expedida no curso da apuração. III. Razões de Decidir: O Relatório Técnico nº 1490/2025-CONT apontou inicialmente insuficiência documental e retenção provisória de R$ 106.300,00. Após a apresentação de documentos complementares, o NATEC elaborou o Relatório nº 563/2026-CONT, concluindo pela regularidade integral das contas e pela compatibilidade das despesas com o plano de trabalho. Não foram identificados dano ao erário, dolo específico ou outros elementos indicativos de improbidade administrativa. A Recomendação nº 0005/2026/15ªPmJJDN foi acolhida pela SECULT, devendo seu efetivo cumprimento, caso envolva medidas futuras ou continuadas, ser acompanhado em Procedimento Administrativo próprio. IV. Dispositivo e Tese: Voto pelo Conhecimento e Homologação do arquivamento do Inquérito Civil, com observação quanto ao acompanhamento da recomendação ministerial. Dispositivos relevantes citados: art. 22, caput, e arts. 27 e seguintes da Resolução nº 036/2016-OECPJ; art. 8º, incisos II e IV, da Resolução nº 174/2017-CNMP; Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021.

VOTOS:

DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.

DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.

Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

70 - Processo nº 06.2024.00002459-3.

Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL

Classe: Inquérito Civil

Origem: 134ª Promotoria de Justiça de Fortaleza

Assunto: Posturas Municipais

Voto do Conselheiro Relator:

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. TERRENO SEM MANUTENÇÃO ADEQUADA. FISCALIZAÇÃO E AUTUAÇÃO REALIZADAS PELA AGEFIS. SITUAÇÃO INDIVIDUAL JÁ ALCANÇADA PELO PODER DE POLÍCIA MUNICIPAL. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar as condições precárias de conservação de terreno localizado no bairro Praia do Futuro I, em Fortaleza/CE, em razão da ausência de limpeza e manutenção da área. II. Questão em Discussão: Verificar a adequação da promoção de arquivamento diante da adoção das medidas fiscalizatórias cabíveis pelo Município e da existência de procedimento extrajudicial de objeto mais amplo voltado ao acompanhamento da política pública de identificação e fiscalização de terrenos abandonados ou sem manutenção adequada. III. Razões de Decidir: Constatou-se que a irregularidade foi efetivamente fiscalizada pela Agefis, com lavratura de auto de infração em face da responsável, evidenciando a atuação do poder público municipal no caso concreto. Ademais, as questões de natureza coletiva e estrutural relacionadas à identificação, fiscalização e responsabilização de proprietários de terrenos abandonados ou sem manutenção adequada já são objeto de acompanhamento no Procedimento Administrativo nº 09.2024.00036635-2, de objeto mais amplo, hipótese que atrai a incidência da Súmula nº 08/2019 do CSMP. IV. Dispositivo e Tese: Homologação monocrática da promoção de arquivamento. Tese: 1. Revela-se desnecessária a continuidade de inquérito civil voltado à apuração de situação individual de imóvel sem manutenção adequada quando a irregularidade já foi objeto de fiscalização e autuação pelos órgãos municipais competentes. 2. Constatada a existência de procedimento extrajudicial de objeto mais amplo destinado ao acompanhamento da política pública relacionada à matéria, impõe-se a homologação do arquivamento, nos termos da Súmula nº 08/2019 do CSMP. Dispositivos relevantes citados:Súmula nº 008/2019 do CSMP.

VOTOS:

DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

71 - Processo nº 06.2025.00001389-0.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Improbidade Administrativa
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. INEXISTÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, consistentes na alegada participação de empresas pertencentes ao mesmo núcleo familiar em certames realizados nos exercícios de 2022, 2023 e 2024. II. Questão em Discussão: Verificar se os elementos colhidos no curso da investigação evidenciam a prática de ato de improbidade administrativa, fraude à licitação, restrição à competitividade, direcionamento de certames ou dano ao erário, aptos a justificar o prosseguimento das investigações e o ajuizamento de ação civil pública. III. Razões de Decidir: A instrução demonstrou que os certames questionados possuíam objetos próprios, modalidades distintas e procedimentos independentes, não tendo sido identificados elementos indicativos de conluio, fraude ao caráter competitivo das licitações, manipulação de preços ou favorecimento indevido. Também não foram constatados dano ao erário, atuação dolosa dos investigados ou dolo específico exigido pela Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021. IV. Dispositivo e Tese: Homologação monocrática do arquivamento do Inquérito Civil. Tese de julgamento: 1. A inexistência de elementos probatórios aptos a demonstrar fraude licitatória, restrição à competitividade, direcionamento de certames, dano ao erário ou ato doloso de improbidade administrativa autoriza o arquivamento do inquérito civil. 2. A mera participação de empresas vinculadas ao mesmo grupo familiar em licitações distintas, sem demonstração de atuação conjunta voltada à fraude ou ao favorecimento indevido, é insuficiente para caracterizar ato de improbidade administrativa. Dispositivos relevantes citados: Súmula nº 021/2019 do CSMP.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

72 - Processo nº 06.2026.00001087-4.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: 134ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Poluição
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE URBANO. DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM VIA PÚBLICA. ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. LIMPEZA MECANIZADA SEMANAL. COLETA DOMICILIAR REGULAR. AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO COMUNITÁRIA. IDENTIFICAÇÃO E AUTUAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DOS TERRENOS IRREGULARES. AUSÊNCIA DE INÉRCIA OU OMISSÃO DO PODER PÚBLICO. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado a partir de manifestação sigilosa encaminhada pela Ouvidoria-Geral do Ministério Público, destinada a apurar o recorrente acúmulo de resíduos sólidos na esquina da Rua Maria Marques com a Rua Sobradinho, no bairro Granja Lisboa, em

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Fortaleza/CE. II. Questão em Discussão: Verificar a existência de omissão do Poder Público municipal quanto à limpeza, fiscalização e adoção de medidas preventivas destinadas a impedir o descarte irregular de resíduos no local. III. Razões de Decidir: A Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania constatou a inexistência de obstrução da via ou do passeio. A Secretaria Executiva Regional 5 informou que o endereço é monitorado, recebe limpeza mecanizada semanal e coleta domiciliar regular, além de ser contemplado por ações de conscientização e pelo Programa Capital Limpa e Ordenada. A Agência de Fiscalização de Fortaleza realizou vistoria, identificou os proprietários dos terrenos que contribuem para o descarte irregular e lavrou Auto de Infração e Termo de Advertência. As diligências demonstram que a Administração municipal vem adotando providências operacionais, educativas e fiscalizatórias, não se evidenciando inércia ou omissão apta a justificar a continuidade da investigação ou a propositura de ação civil pública. IV. Dispositivo: Voto pelo Conhecimento e Homologação da promoção de arquivamento, nos termos do art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

73 - Processo nº 06.2026.00001382-7.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Procedimento Preparatório
Origem: Promotoria de Justiça Vinculada de Granjeiro
Assunto: Infração Administrativa
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. CONSELHEIRA TUTELAR. SUPOSTA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RENÚNCIA À FUNÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Procedimento Preparatório instaurado para apurar supostas práticas eleitorais irregulares atribuídas à então Conselheira Tutelar Eva Raquel Batista Rodrigues, que teria participado de atividades político-partidárias durante o exercício da função. II. Questão em Discussão: Verificar a configuração de ato de improbidade administrativa ou infração disciplinar e a necessidade de adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais. III. Razões de Decidir: Os fatos foram apurados na esfera eleitoral, sem obtenção de elementos seguros quanto à autoria, materialidade e circunstâncias das condutas. Não foram identificados dolo específico, dano ao erário, enriquecimento ilícito ou enquadramento nas hipóteses taxativas do art. 11 da Lei nº 8.429/1992. A renúncia da representada à função de Conselheira Tutelar tornou inexequível a aplicação da sanção de perda do mandato, caracterizando a perda superveniente do objeto na esfera disciplinar. IV. Dispositivo e Tese: Voto pelo Conhecimento e Homologação da promoção de arquivamento do Procedimento Preparatório.Tese de julgamento: 1. A ausência de elementos probatórios mínimos, dolo específico e dano ao erário afasta a configuração de ato de improbidade administrativa. 2. A renúncia à função de Conselheira Tutelar esvazia o objeto da apuração disciplinar quando inviabilizada a aplicação da sanção de perda do mandato. Dispositivos relevantes citados: Art. 11 da Lei nº 8.429/1992; Lei nº 14.230/2021; art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ; Súmula nº 021/2019 do Conselho Superior do Ministério Público do Ceará..
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

74 - Processo nº 09.2026.00023688-0.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Procedimento Administrativo
Origem: 164ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Crimes contra a Ordem Tributária
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. REPRESENTAÇÃO FISCAL. INSTAURADO INQUÉRITO POLICIAL. EXAURIMENTO DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. I. Caso em exame: Procedimento Administrativo instaurado a partir de Representação Fiscal encaminhada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, destinada à apuração de supostos crimes contra a ordem tributária praticados no âmbito de uma empresa. II. Questão em discussão: Verificar o exaurimento da finalidade do Procedimento Administrativo diante da instauração de Inquérito Policial e definir se a decisão de arquivamento está sujeita à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público. III. Razões de decidir: A Delegacia de Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária comprovou a instauração do Inquérito Policial requisitado pelo Ministério Público, conforme portaria juntada à fl. 1.723. Os fatos serão apurados em procedimento investigatório próprio. Por não se tratar de procedimento relativo à tutela de direito individual indisponível, seu arquivamento ocorre na própria unidade ministerial, mediante simples comunicação ao Conselho Superior, sem necessidade de homologação. IV. Dispositivo: Ciência da decisão de arquivamento e devolução dos autos ao órgão de execução de origem. Dispositivos relevantes citados: arts. 10, 12, caput, e 13, § 4º, da Resolução nº 174/2017-CNMP; art. 30, caput e § 3º, IV, da Resolução nº 036/2016-OECPJ/MPCE.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

75 - Processo nº 06.2026.00001569-1.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Inquérito Civil
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Canindé
Assunto: PROCESSO SELETIVO
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. REALIZAÇÃO DA VAQUEJADA PADRE CÍCERO 2022. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PARCERIA. REGULARIDADE COMPROVADA. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO E DE DOLO ESPECÍFICO. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade da aplicação dos recursos públicos destinados à realização da Vaquejada Padre Cícero 2022, especialmente quanto à parceria celebrada entre o Município de Juazeiro do Norte, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura SECULT, e a Associação Cearense dos Desportistas e Criadores de Bovinos ACDB. II. Questão em Discussão: Verificar a regularidade da prestação de contas da parceria, a existência de dano ao erário ou de ato de improbidade administrativa. III. Razões de Decidir: O Relatório Técnico nº 1490/2025-CONT apontou inicialmente insuficiência documental e retenção provisória de R$ 106.300,00. Após a apresentação de documentos complementares pela SECULT e pela ACDB, o NATEC elaborou o Relatório nº 563/2026-CONT, concluindo pela regularidade integral das contas e pela compatibilidade das despesas com o plano de trabalho. A Recomendação nº 0005/2026/15ªPmJJDN, destinada ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e fiscalização das parcerias, foi acolhida pela Administração Municipal. Não foram identificados dano ao erário, dolo específico ou outros elementos indicativos da prática de ato de improbidade administrativa. IV. Dispositivo: Voto pelo Conhecimento e Homologação do arquivamento do Inquérito Civil. Dispositivos relevantes citados: Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021; art. 22, caput, da Resolução nº 036/2016-OECPJ.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

76 - Processo nº 01.2026.00029890-0.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Notícia de Fato
Origem: 67ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Fauna
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: NOTÍCIA DE FATO CRIMINAL. COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS EM PLATAFORMA DIGITAL. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA. ARQUIVAMENTO. Caso em Exame: Notícia de Fato Criminal instaurada para apurar suposta comercialização irregular de animais por intermédio de plataforma digital, em razão da existência de anúncios de venda de cães e aves supostamente disponibilizados sem verificação adequada dos vendedores. II. Questão em Discussão: Verificar a existência de elementos mínimos capazes de justificar a instauração de procedimento investigatório criminal. III. Razões de Decidir: Constatou-se que a notícia apresentada é genérica e desprovida de elementos individualizadores aptos a identificar eventuais responsáveis, a localização dos fatos ou a demonstrar a ocorrência de infração penal ambiental. Os documentos acostados não permitem aferir a ilegalidade dos anúncios nem concluir pela ausência de autorizações administrativas exigidas pela legislação pertinente. Inexistentes indícios mínimos de materialidade e autoria, revela-se inviável a instauração de investigação criminal fundada exclusivamente em denúncia anônima desacompanhada de elementos concretos. IV. Dispositivo e Tese: Homologação monocrática do arquivamento da Notícia de Fato Criminal. Tese de julgamento: A denúncia anônima genérica, desacompanhada de elementos mínimos capazes de individualizar responsáveis ou demonstrar, em tese, a ocorrência de infração penal, não constitui justa causa para a instauração de procedimento investigatório criminal, autorizando o arquivamento da Notícia de Fato. Dispositivos relevantes citados: Súmula nº 026/2022 do Conselho Superior do Ministério Público.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

77 - Processo nº 06.2026.00001817-7.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Procedimento Preparatório
Origem: 181ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Fiscalização
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR. IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO. EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO PELA SEDUC. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REMESSA DA REPERCUSSÃO CRIMINAL AO ÓRGÃO COMPETENTE. ESGOTAMENTO DO OBJETO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. I. CASO EM EXAME. Procedimento Preparatório instaurado para apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato Administrativo nº 424/2025, celebrado entre a Secretaria da Educação do Estado do Ceará e uma empresa, destinado à prestação de serviço de transporte escolar nos municípios integrantes da CREDE 19. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

Verificar se as providências administrativas adotadas foram suficientes para fazer cessar as irregularidades e se subsistem elementos que justifiquem o prosseguimento da investigação na esfera da improbidade administrativa ou para a reparação de eventual dano ao erário. III. RAZÕES DE DECIDIR. A inspeção realizada pela fiscalização contratual constatou irregularidades em parte da frota, como ausência de identificação do transporte escolar, inexistência de cintos de segurança em determinados assentos, estofados danificados e falta de apresentação da documentação dos veículos e motoristas. A contratada foi notificada e apresentou defesa, mas não regularizou satisfatoriamente as inconformidades já apontadas em fiscalização anterior. A SEDUC instaurou procedimentos administrativos e promoveu a extinção unilateral do Contrato nº 424/2025. Não foram identificados pagamentos por serviços não prestados, superfaturamento, desvio de recursos, enriquecimento ilícito ou participação dolosa de agentes públicos. A repercussão criminal foi preservada mediante remessa de cópia dos autos à Secretaria-Executiva das Promotorias de Justiça de Juazeiro do Norte. IV. DISPOSITIVO. Voto pelo conhecimento e homologação do arquivamento do presente Procedimento Preparatório.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

78 - Processo nº 01.2026.00017219-0.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Notícia de Fato
Origem: 128ª Promotoria de Justiça de Fortaleza
Assunto: Crimes ocorridos em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: NOTÍCIA DE FATO. SUPOSTA VIOLÊNCIA POLICIAL. RESISTÊNCIA E TENTATIVA DE FUGA. EMPREGO MODERADO DA FORÇA. LESÃO SUPERFICIAL COMPATÍVEL COM A CONTENÇÃO FÍSICA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Notícia de Fato instaurada a partir de comunicação oriunda do Poder Judiciário, visando apurar supostas agressões praticadas por policiais civis da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas DRACO contra indivíduo durante o cumprimento de prisão em flagrante. II. Questão em Discussão: Verificar a existência de elementos mínimos de autoria e materialidade delitiva aptos a justificar a instauração de procedimento investigatório, bem como a adequação da promoção de arquivamento realizada pelo órgão ministerial. III. Fundamentação: O custodiado não relatou agressões quando ouvido em sede policial e, durante o exame pericial, negou expressamente ter sofrido violência. A rubefação constatada na face e no couro cabeludo mostrou-se compatível com a contenção física empregada pelos agentes diante da resistência e da tentativa de fuga. As declarações dos policiais foram harmônicas e corroboradas pelos demais elementos dos autos, não havendo testemunhas, imagens ou outras provas que confirmem a versão apresentada posteriormente em audiência de custódia. O uso moderado e proporcional da força, inclusive de algemas, mostrou-se justificado pelas circunstâncias da prisão. Tratando-se de matéria com repercussão criminal e análise de mérito, impõe-se a submissão do arquivamento ao Conselho Superior. IV. Dispositivo: Despacho monocrático de homologação do arquivamento da Notícia de Fato. Dispositivos relevantes citados: Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal; Súmula nº 026/2022 do Conselho Superior do Ministério Público; art. 78, inciso III, do Regimento Interno do CSMP.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: TOMA CIÊNCIA DA DECISÃO ADMINISTRATIVA.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.

do relator;

79 - Processo nº 06.2026.00001402-6.
Relator(a): IVANA MARIA MEDEIROS BARROS LEAL
Classe: Procedimento Preparatório
Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Mombaça
Assunto: Execução Contratual
Voto do Conselheiro Relator:
EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. PATRIMÔNIO PÚBLICO. OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E URBANIZAÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO À BARRAGEM DO AÇUDE SERAFIM DIAS. SUPOSTA EXECUÇÃO POR TERCEIROS E PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO. I. Caso em Exame: Procedimento Preparatório instaurado para apurar possíveis irregularidades na execução da obra pública de pavimentação, drenagem e urbanização da estrada de acesso à Barragem do Açude Serafim Dias, no Município de Mombaça. II. Questão em Discussão: Verificar se a execução parcial dos serviços por empresa diversa da contratada configurou irregularidade e se as inconformidades técnicas identificadas durante a execução da obra justificam o prosseguimento da apuração ministerial. III. Fundamentação: A instrução demonstrou que o contrato administrativo admitia a subcontratação parcial, limitada a 30% do valor global e condicionada à autorização prévia da Administração e à comprovação da capacidade técnica da subcontratada. A empresa contratada apresentou requerimento formal, obteve anuência da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e celebrou contrato com empresa tecnicamente habilitada. As medições, notas fiscais, relatórios fotográficos, documentos trabalhistas e autorizações de pagamento evidenciam a execução progressiva dos serviços e a fiscalização administrativa e federal. Embora tenham sido constatadas inconformidades técnicas na pavimentação, a empresa foi formalmente notificada e refez os serviços, encontrando-se a obra em fase final de conclusão. Não foram identificados elementos indicativos de irregularidades, dano ao erário ou desvio de recursos públicos. IV. Dispositivo: Voto pelo Conhecimento e Homologação da promoção de arquivamento do Procedimento Preparatório. Dispositivos relevantes citados: art. 22 da Resolução nº 036/2016-OECPJ/MPCE.
VOTOS:
DR. DOMINGOS SÁVIO DE FREITAS AMORIM: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
DRA. ROBERTA COELHO MAIA ALVES: ACOMPANHA INTEGRALMENTE O RELATOR.
Resultado: total de 3 (três) votos; 2 (dois) votos acompanhando o relator; 0 (zero) votos divergentes do relator;

ENCERRAMENTO:
Aos vinte e nove (29) dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis (2026), às 23:59 horas, foi encerrada a 12ª Sessão Virtual do Conselho Superior do Ministério Público da 2ª TURMA REVISORA, da qual a **DRA. ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA**, Promotora de Justiça e Secretária dos Órgãos Colegiados, subscreve a presente Ata eletrônica, a qual, após lida e aprovada pelo Colegiado, será considerada válida para todos os efeitos legais, dispensando-se a assinatura individual dos membros do colegiado.

12ª SESSÃO VIRTUAL DO CSMP – 1ª TURMA REVISORA									
CONSELHEIROS	HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO	NÃO HOMOLOGAÇÃO ARQUIVAMENTO	DILIGÊNCIA	CORREIÇÃO	INSCRIÇÕES	AFASTAMENTO	PRORROGAÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	DIVERSOS	TOTAL
DOMINGOS SÁVIO	23							8	31
ROBERTA COELHO	18						1	5	24
IVANA BARROS	21						1	2	24
TOTAL	62	0	0	0	0	0	2	15	79

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANA CRISTINA DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA em 15/10/2026. Para conferir o original, acesse o site https://www.mpce.mp.br/autenticar-documentos/, informe o processo 12.2026.00000153-0 e o código 2069B8A.